

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas  
com a agricultura**

**Período de Análise: 01 a 30 de Setembro de 2007**

**Área Temática: Questão Fundiária – Movimentos Sociais**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da Abag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Setembro de 2007

## Índice

<b>Federação de Rainha administra verba federal para sem-terra; para MST, líder 'vende ilusão'</b> - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 01/09/2007 .....	6
<b>Movimento quer lei federal para catar coco - Lima Campos (MA)</b> – Estado de São Paulo – Vida & - 02/09/2007 .....	6
<b>Sem simplismos</b> – O Globo – Opinião – Editorial – 03/09/2007 .....	7
<b>Modelo humano</b> – Guilherme Cassel – O Globo – Opinião – 03/09/2007 .....	8
<b>No Dia da Independência, excluídos denunciam Brasil colônia</b> – Vinícius Mansur – Sítio Eletrônico do MST – 03/09/2007 .....	9
<b>Integrantes do MST invadem 2 fazendas</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 04/09/2007 .....	9
<b>Bacharéis sem-terra</b> – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 07/09/2007 .....	10
<b>MST cerca prefeitura no RS</b> - Elder Ogliari – Estado de São Paulo – Nacional – 07/09/2007 .....	11
<b>PT critica atuação do governo federal na Reforma Agrária</b> – Sítio Eletrônico do MST – 10/09/2007 .....	12
<b>Marcha das Margaridas: novas nuances nas lutas por direitos no campo</b> - Leonilde Medeiros – Agência Carta Maior – 11/09/2007 .....	16
<b>150 sem-terra fecham sede do Incra no Paraná</b> - Evandro Fadel e Elder Ogliari – Estado de São Paulo – Nacional – 11/09/2007 .....	19
<b>Contra aterro, MST bloqueia rodovia no RS</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 11/09/2007 .....	20
<b>Manifestações do Grito dos Excluídos trabalham a conscientização popular</b> - Juliano Domingues – Sítio Eletrônico do MST – 11/09/2007 .....	20
<b>Movimentos sociais levarão resultado de plebiscito a Lula</b> - Maurício Thuswohl - Carta Maior – 12/09/2007 .....	21
<b>Via Campesina faz onda de protestos</b> – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 12/09/2007 .....	23
<b>MST bloqueia propriedade da Votorantim</b> – Simone Iglesias – Folha de São Paulo – Brasil – 12/09/2007 .....	24

<b>STF mantém condenação de sem-terra</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 12/09/2007 .....	24
<b>MST deixa área da Votorantim e faz protesto</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 13/09/2007 .....	25
<b>Segunda Quinzena</b>	
<b>Rosenfield denuncia movimento pela relativização da propriedade</b> - Agência CNA - 17/09/2007 .....	25
<b>Fazendeiro acusa sem-terra de explodir tratores no RS</b> - Elder Ogliari – Estado de São Paulo – Nacional – 17/09/2007 .....	26
<b>Marcha do MST chama atenção de ruralistas</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 18/09/2007 .....	26
<b>Sem-terra bloqueiam Incra de Belém</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 18/09/2007 .....	27
<b>Kátia Abreu alerta sobre revisão de índice de produtividade</b> - Agência CNA - 19/09/2007 .....	27
<b>Entidades enviam a Lula carta contra liberação de transgênicos</b> – Sítio Eletrônico da CPT – 19/09/2007.....	27
<b>Jovens submetidos à escravidão são libertados no Maranhão</b> - Beatriz Camargo e Maurício Hashizume – Da Repórter Brasil – Agência Carta Maior – 20/09/2007 .....	29
<b>Impunidade no campo faz vítimas em todo o país</b> – Sítio Eletrônico da Contag - 20/09/2007 .....	30
<b>Polícia do RS pede ao Ministério Público fim de marcha do MST</b> – Simone Iglesias – Folha de São Paulo – Brasil – 20/09/2007 .....	32
<b>Ministério suspende fiscalizações de trabalho escravo</b> - Leonardo Sakamoto - Da Repórter Brasil – 21/09/2007 .....	32
<b>Agricultor diz que foi a Brasília para "salvar Bahia" da corrupção</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 22/09/2007 .....	36
<b>Fantasmas do sertão</b> - Letícia Lins – O Globo – Ciência – 22/09/2007 .....	37
<b>CPT divulga Nota Pública denunciando a pressão do agronegócio contra o Grupo Móvel</b> - Sítio Eletrônico da CPT – 25/09/2007.....	38
<b>MST faz atos e ocupações pelo país cobrando reforma agrária e investimento nos assentamentos</b> – Sítio Eletrônico da CPT – 25/09/2007 .....	40

<b>Não à flexibilização do combate ao trabalho escravo no Brasil</b> - Xavier Plassat, especial para a Repórter Brasil – Sítio Eletrônico da CPT- 25/09/2007 .....	41
<b>MST invade e faz ações em 10 Estados</b> - Roldão Arruda, Talita Figueiredo, Eduardo Kattah e Chico Siqueira – Estado de São Paulo – Nacional – 25/09/2007 .....	44
<b>MST faz invasões em 11 estados por assentamento</b> – O Globo – O País – 25/09/2007 ..	45
<b>Incra publica norma para atender famílias atingidas por barragens</b> – Sítio Eletrônico do MDA - 25/09/2007 .....	45
<b>Fiscalização do trabalho escravo é suspensa</b> – Sítio Eletrônico do MST – 25/09/2007 ..	47
<b>MST faz mobilização em 15 estados por Reforma Agrária</b> – Sítio Eletrônico do MST – 25/09/2007 .....	48
<b>Militantes do MST param 3 rodovias</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 26/09/2007 .	50
<b>MST invade prédios públicos e faz protestos em 10 Estados</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 26/09/2007 .....	50
<b>MST amplia protestos, e governo ataca invasões</b> - Folha de São Paulo – Brasil – 26/09/2007 .....	51
<b>OIT lamenta interrupção de ações contra trabalho escravo no Brasil</b> – O Globo – O País – 26/09/2007 .....	52
<b>MST faz manifestações e ocupa prédios em mais três estados</b> – O Globo – O País – 26/09/2007 .....	52
<b>Pastoral da Terra denuncia pressão de ruralistas</b> – Valor Econômico – Política - 26/09/2007 .....	53
<b>TJ dá terra devoluta a fazendeiro</b> - José Maria Tomazela e Felipe Maia – Estado de São Paulo – Nacional – 27/09/2007 .....	54
<b>União quer retomar área que destinou ao MST</b> - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 27/09/2007 .....	55
<b>MST protesta em SP contra projeto do governador</b> – Leandro Beguoci – Folha de São Paulo – Brasil – 27/09/2007 .....	56
<b>MST faz marcha pelo Centro de São Paulo</b> – O Globo – O País – 27/09/2007 .....	57
<b>Gasto com assentamento terá corte de 17,7%</b> - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 27/09/2007 .....	57

<b>Sem-terra invadem e protestam em MT</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 28/09/2007 .....	58
<b>TJ não deu terra devoluta, garante desembargador</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 28/09/2007 .....	59
<b>Ruralistas usam rojões para acordar sem terra em estrada</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 28/09/2007 .....	59
<b>MST desocupa rua no centro de Curitiba</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 29/09/2007 .....	60
<b>Elite agrária desponta em Cuba</b> - Juan Jesús Aznárez – Estado de São Paulo – Internacional – 29/09/2007 .....	60
<b>Ministério descreve falta de salário e higiene em fazenda</b> – Felipe Seligman – Folha de São Paulo – Brasil – 29/09/2007 .....	62
<b>Senador admite inspeção com avião da Pagrisa</b> – Felipe Seligman - Folha de São Paulo – Brasil – 29/09/2007 .....	63
<b>Fiscais abusaram, diz diretor da fazenda</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 29/09/2007 ..	63
<b>"Tratavam a gente igual a porco", diz trabalhador</b> – Thiago Reis e João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 29/09/2007 .....	65
<b>PRF apreende droga que seria de assentamento</b> - Ana Paula de Carvalho – O Globo – O País – 29/09/2007 .....	66
<b>Raposa Serra do Sol em pé de guerra</b> - Rodrigo Taves Enviado especial – O Globo – O País – 30/09/2007 .....	66
<b>Aliado dos produtores, grupo de índios ameaça enfrentar a polícia</b> – Rodrigo Taves – O Globo – O País – 30/09/2007 .....	68
<b>Com Chávez, MST mantém escola 'bolivariana'</b> - Chico Otavio – O Globo – O País – 30/09/2007 .....	69

**Federação de Rainha administra verba federal para sem-terra; para MST, líder 'vende ilusão'** - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 01/09/2007

O assentado Antonio Paiva dos Santos não vê a hora de deixar o casebre de madeira e mudar para a nova casa, no assentamento Che Guevara, no Pontal do Paranapanema (SP). O dinheiro veio a fundo perdido, da União, pelas mãos de José Rainha Júnior, líder alijado do MST. Ele é um dos 1.200 assentados da região beneficiados por programa de moradia popular do governo, administrado pela Federação das Associações dos Assentados da Agricultura Familiar, criada por Rainha. A verba total, de R\$ 7,2 milhões, não precisa ser devolvida. “É para estimular a permanência no lote”, diz Rainha. O projeto do biodiesel na região deve consumir, em 10 anos, R\$ 50 milhões. “O biodiesel é coisa de grande produtor, não é para pequeno. O Zé está vendendo ilusão”, acusa Manoel Duda, do MST, lembrando o caso Cocamp, que prestaria serviços a assentados, mas que nunca funcionou. Processo apura se houve crime contra o sistema financeiro. Rainha nega.

**Movimento quer lei federal para catar coco** - *Lima Campos (MA)* – Estado de São Paulo – Vida & - 02/09/2007

Mulheres ainda têm de entregar parte da coleta ou correr risco de serem expulsas das fazendas

Na época da colheita, a tripla jornada de uma quebradeira de coco babaçu começa de madrugada. Não dá para sair e deixar o marido e os filhos sem comida. Lá pelas 7 horas, casa arrumada, elas saem em bando para catar o fruto. Levam o pacará nas costas certas de que o cesto vai voltar cheio de amêndoas já separadas, coisa de 10 a 15 quilos em dia bom. É trabalho que exige força, mas homem não tem as mãos hábeis de uma mulher. Eles ficam no roçado. Quando retornam, fim de tarde, já encontram o lar limpo, as crianças de banho tomado e um punhado de amêndoas separadas que vão complementar a renda da família.

Francisca das Chagas Cardoso Ribeiro, de 21 anos, é quebradeira como a mãe, Maria Cardoso, de 61, e duas irmãs. Gostaria de estudar, já que quebrar dez quilos de coco e receber no fim do dia R\$ 8 não dá futuro. Mas o estudo é sonho, a realidade é ganhar dinheiro para cuidar do filho Flavio Ribeiro da Silva, de 10 meses. “Só com o coco não está dando. O pai dele não tem serviço.” Dona Maria emenda: “Quebração de coco adoce demais, é uma acabação da mulher. A gente só quebra porque tem precisão.”

No município de Lima Campos, no Maranhão, existe uma comunidade que vive só do babaçu. É São José dos Mouras, onde moram Francisca, a mãe, as irmãs e dezenas de outras quebradeiras. Na região do Médio Mearim, populações dependem do babaçu para sobreviver. A pecuária rende dinheiro, mas não emprega muita gente. O gado precisa de pastos largos tanto quanto do capim. Ambos requerem a destruição das palmeiras, de

preferência quando novas, as pindovas. Por isso, as mulheres lutam tanto para garantir acesso ao produto.

Há dez anos, a prefeitura de Lago do Junco (MA) sancionou a primeira lei de acesso livre aos babaçuais. Quase uma revolução no conceito de propriedade privada. Fazendeiros continuam donos da terra, mas ficaram proibidos de impedir as quebradeiras de entrar para coletar o coco. Quatorze outros municípios seguiram a toada, pressionados pelo Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu. Só que elas querem mais. Defendem uma lei federal, que garanta o extrativismo. “A lei é só um passo; sem ela vira uma barbárie”, afirma o deputado federal Domingos Dutra (PT), autor do projeto pró-quebradeiras em tramitação no Congresso. “Se o babaçu for aproveitado pelo agronegócio, aí é que a violência contra as mulheres vai aumentar. Elas vão ser impedidas de ter acesso às palmeiras.” O parlamentar é filho de uma quebradeira, Raimunda Rosa, de Saco das Almas, município de Buriti de Inácio Vaz (MA). Não ignora a dificuldade em aprovar uma lei federal do gênero. Muitos parlamentares têm outros interesses. Mas lembra que, há alguns anos, elas viviam “na carreira”, como as quebradeiras chamam quando têm de correr fugindo dos peões das fazendas.

“Tivemos de travar lutas internas, conscientizar a comunidade, e só assim garantir a nossa sobrevivência”, diz Aline Raquel Chagas, de 27 anos. A quebradeira, também professora em São José dos Mouras, lembra da briga que tiveram para expulsar atravessadores que queriam recolher o coco para vender para as carvoarias. Uma quebradeira ganha, em média, meio salário mínimo por mês. Com renda baixa, economizam o quanto podem. Gás é luxo, cozinham mesmo é com o carvão do babaçu. Casa nova tem teto forrado com folhas da palmeira. E o fruto é a base do cardápio das famílias. Fritura e tempero de salada é com o azeite produzido em muitas comunidades.

Em Lago do Junco, a cidade pioneira nas leis municipais do babaçu livre, existe uma cooperativa com mais de 160 associados. Antes, as mulheres da comunidade precisavam quebrar dez quilos de coco para comprar um quilo de arroz. Hoje, com o beneficiamento, a proporção é de um para um. É o salto que fez o babaçu ser exportado para fabricantes de cosméticos da Europa e dos Estados Unidos, como Body Shop e Aveda. Mulheres do mundo todo embelezadas graças às quebradeiras brasileiras.

### **Sem simplismos** – O Globo – Opinião – Editorial – 03/09/2007

É preciso não fechar os olhos para uma realidade que brota na Amazônia, e que não parece estar desenhada nos mapas oficiais: assentamentos malfeitos, seja por falta de planejamento ou pelo descaso com que são administrados alguns programas, têm sido responsáveis pelo aparecimento de novas áreas de desmatamento.

Reportagens do GLOBO feitas nos últimos anos mostram que a fixação desordenada de famílias na terra é uma das muitas vertentes a abastecer os números sobre as áreas de floresta destruída.

Não se trata de generalizar e deixar de enxergar avanços na atual política de ocupação da Amazônia. Mas também não contribui para resolver os graves problemas da

região negar a existência de áreas críticas nos assentamentos, nas quais é ignorado o pressuposto da cota de madeira a ser extraída legalmente.

Fotos de áreas desmatadas e depoimentos de assentados dão conta de que se deve cobrar responsabilidades com a preservação ambiental também dos beneficiados por programas oficiais de ocupação da terra.

Problemas, notadamente numa região tomada pela tensão social e alvo de interesses os mais díspares, não podem ser enfrentados com maniqueísmos. Ou com anátemas, como o que, de forma simplista, transforma investimentos no setor de agronegócios na mãe de todos os males atuais da Amazônia.

Por exemplo, a contraposição entre esse tipo de atividade e a agricultura familiar, prática de grupos de pressão e até de certos organismos oficiais, é um falso dilema. As duas formas de exploração dos imensos recursos da região, bem como a pecuária planejada, a extração racional de madeira e outras vertentes econômicas, podem conviver harmonicamente, desde que obedeçam a regras estabelecidas de acordo com os interesses de todo o arco da sociedade, e não de segmentos sociais ou econômicos isolados.

Os graves problemas da Amazônia devem ser enfrentados com choque de realidade, não com simplificações e palavras de ordem.

#### **Modelo humano** – Guilherme Cassel – O Globo – Opinião – 03/09/2007

Após o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) apontar a redução do desmatamento na Amazônia, surgiram ataques à política de reforma agrária, utilizando-se de dados imprecisos e manipulações grosseiras. Assentamentos e pequenas propriedades foram apresentados como sinônimo de atraso e fez-se de conta que a Amazônia não é habitada por pessoas.

A agricultura familiar, em conjunto com os assentamentos de reforma agrária, é responsável por 40% da produção agropecuária do Brasil e pela produção dos principais alimentos que compõem a dieta da população, como mandioca, feijão, leite, milho, aves e ovos. Esses dados podem ser considerados como expressão de atraso? Os assentamentos foram acusados de serem responsáveis por 15% do desmatamento da Amazônia. Esse número não corresponde à realidade. A Amazônia, historicamente, é pressionada por atividades de extração ilegal de madeira, grilagem de áreas públicas, exploração carvoeira, e pela expansão de grandes projetos agropecuários. A partir de 2003, implantamos uma nova política fundiária para a região, inscrita no Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia.

Em agosto, o Inpe revelou que o desmatamento nos assentamentos caiu pelo quarto ano consecutivo, chegando a uma redução de 52% no último ano. Os exemplos apresentados para acusar os assentamentos referem-se ao período de 1970 a 2002, ou seja, nenhum de acordo com a nova política fundiária.

Outra crítica ignora que a Amazônia é habitada por 6,7 milhões de pessoas na área rural (21% da população rural brasileira). Desde o ciclo da borracha, passando por programas de colonização e por migrações forçadas, milhões de pessoas foram abandonadas na região.

Recusamos dois modelos: o da floresta sem povo e o modelo predatório baseado na monocultura, na pecuária extensiva e na destruição ambiental. Queremos um novo padrão



de desenvolvimento, que respeita o povo, combate a grilagem de terras e estimula uma agricultura sustentável. Quem sobrevoa a Amazônia só vê um tapete verde.

Quem caminha por ela, enxerga gente que luta por uma vida digna e defende a natureza. Esse é o caminho que decidimos percorrer.

### **No Dia da Independência, excluídos denunciam Brasil colônia** – Vinícius Mansur – Sítio Eletrônico do MST – 03/09/2007

Paralela às comemorações do Dia da Independência, que acontece nesta sexta-feira, dia 7, movimentos sociais realizam a 13ª edição do Grito dos Excluídos. Iniciado pelas pastorais sociais da Igreja Católica em 1995, o protesto tem o intuito de questionar o significado de nossa independência e dar visibilidade às reivindicações dos grupos sociais para a melhoria de nossa sociedade, como explica o secretário continental do Grito dos Excluídos, Luis Basségio.

“O sete de setembro tem a ver com o dia da pátria. E nós começamos o Grito justamente porque entendemos que o Brasil não é um país independente. A nossa política é determinada em grande parte pelas políticas neoliberais, pelo Consenso de Washington. E também achamos que um país que tem milhões de desempregados, de analfabetos, não pode ser independente. Então, nosso grito é um grito pela autonomia, pela soberania do nosso país”.

Este ano, o Grito dos Excluídos protesta contra a venda da Companhia Vale do Rio Doce e faz campanha por um plebiscito sobre a nulidade do leilão da empresa. O lema é “Isso não Vale! Queremos participação no destino da nação”. Para Basségio, questionar a venda de um dos maiores patrimônios construídos com dinheiro público brasileiro é alertar a sociedade sobre a nossa eterna submissão a outros países e ao capital financeiro internacional.

Basségio afirmou que o plebiscito da Vale serve para aprofundar a democracia no Brasil, porque transforma um tema importante em um grande debate público e porque permite a participação popular nas decisões dos rumos do país.

As manifestações estão previstas para acontecer em mais de mil cidades no Brasil e o maior ato deve acontecer na cidade de Aparecida, em São Paulo, onde se reuniram 100 mil pessoas no ano passado.

### **Integrantes do MST invadem 2 fazendas** – Estado de São Paulo – Nacional – 04/09/2007

Cerca de 1,6 mil sem-terra invadiram duas fazendas no Paraná, na madrugada de sábado. Em Rio Branco do Ivaí, mil pessoas ocuparam a Fazenda Mestiça e em Cornélio Procópio o alvo de 600 sem-terra foi a Fazenda Santa Alice. O Movimento dos Sem-Terra disse que o objetivo é pressionar o governo federal para que realize a reforma agrária. No Incra não há processo de compra ou desapropriação da Fazenda Mestiça. Quanto à Santa Alice, o instituto aguarda que seja desmembrada.

Antes de mais nada, seria uma ótima idéia que jovens pertencentes a famílias de assentados, especialmente as de militantes do Movimento dos Sem-Terra (MST), ingressassem em bons cursos de Direito (depois de terem passado pelo ensino médio, obviamente). Em tais cursos haveriam de entender o que é, em nossa legislação, o esbulho possessório, por que é vedado por lei invadir e depredar a propriedade alheia, praticar vandalismo nas sedes das fazendas, colocar em cárcere privado empregados de propriedades rurais, matar animais de rebanhos, destruir mudas (em sociedade com bandos internacionais, do tipo “Via Campesina”) em laboratórios de evolução genética para aperfeiçoamento da produção rural, ocupar rodovias tolhendo o direito de ir-e-vir dos cidadãos, saquear caminhões e supermercados para roubar alimentos, destruir e saquear cabanas de pedágio e (ultimamente) invadir faculdades como as que vão cursar. Enfim, esses jovens emessetistas muito haveriam de aprender sobre o que prescreve nosso ordenamento jurídico, no tocante a atividades que o MST tem desenvolvido - e que devem achar “normais”, por terem sido criados em meio ao generalizado desrespeito aos direitos alheios.

Mas o bom contato dos jovens emessetistas com o Direito deveria ser feito por meio de bolsas de estudo ou outros estímulos que os levassem a disputar vagas nas universidades, competindo nos vestibulares com outros jovens de diversas origens e regiões. O que não tem sentido algum - e chega a ser aberrante - é a idéia de montar-se um curso de Direito exclusivo para os sem-terra, como o implantado pela Universidade Federal de Goiás (UFG), cujo ingresso depende de documento emitido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), comprovando que o pretendente a bacharel em ciências jurídicas e sociais tem direito a concorrer àquela vaga em curso superior só por ser um sem-terra. Quer dizer, parece que a idéia é que no futuro se tenha advogados, promotores e magistrados de origem exclusiva dos assentamentos. E, se a idéia “pegar”, acabaremos tendo “cotas” de emessetistas em todas as universidades do País.

Note-se que não se pensou, como primeira opção, no que seria mais do que razoável: um curso destinado a ministrar aos membros daquelas famílias rurais a tecnologia moderna da produção agropecuária, as pesquisas científicas relacionadas ao setor, questões relacionadas ao meio ambiente - importantíssimas, nesta época de quase pânico diante do aquecimento global -, afora os conhecimentos gerais indispensáveis a quem chega a um curso do ensino superior. Disse a pró-reitora de graduação da UFG, Sandra Mara Chaves: “Trata-se de um curso de direito com especialização na questão agrária. A intenção é formar advogados especialistas no direito agrário, mantendo-os em suas origens (...). O curso foi aberto por demanda da comunidade (MST) e do Incra.” Por sua vez, disse um dos coordenadores estaduais do MST, José dos Santos: “A idéia de criação do curso foi, justamente, para formar nossos próprios advogados.” Com isso pretende ele fortalecer o movimento, sem depender de pessoas “de fora”.

Atente-se para essa última expressão mencionada. Subjacente a ela está uma ideologização do conhecimento científico ou universitário, como se, dependendo de sua origem - grupal, política, partidária, ideológica -, um profissional (no caso, do Direito) devesse agir desta ou daquela forma. Um advogado que tenha por “origem” o MST haverá

de aprofundar-se na ciência do Direito e buscar no texto legal aquilo que sirva à defesa dos interesses dos sem-terra. Muito bem. E se ele prestar concurso para o Ministério Público e virar procurador ou promotor de Justiça? E se ele prestar concurso para a magistratura e tornar-se juiz? Imaginam os emesetistas que, da mesma forma, ele pautará suas interpretações da lei e suas decisões de acordo com sua própria “origem”?

Os custos anuais previstos para a formação dos bacharéis sem-terra são de R\$ 180 mil, a serem bancados, quase integralmente, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Quer dizer, dá-se por certo que o contribuinte brasileiro é favorável a esse tipo de cota ideológica - que se soma a tantas outras - no ensino público superior. Se está pagando...

**MST cerca prefeitura no RS** - Elder Ogliari – Estado de São Paulo – Nacional – 07/09/2007

Cerca de 150 assentados ligados ao Movimento dos Sem-Terra (MST) cercaram ontem a Prefeitura de Nova Santa Rita, na região metropolitana de Porto Alegre. Eles chegaram ao amanhecer, para exigir melhorias nos acessos rodoviários aos seus lotes de terra e obras de saneamento para as comunidades rurais.

Um grupo de 30 agricultores entrou no prédio e ocupou a sala da Secretaria de Governo, ameaçando permanecer no local até serem recebidos pelo chefe do Executivo. O prefeito Amilton da Silva Amorim (PTB) aceitou receber uma comissão de 15 assentados.

Os sem-terra foram embora após terem recebido a promessa de que nos próximos dias será feito o nivelamento das estradas e serão iniciados os estudos para obras de infraestrutura.

Em Cornélio Procópio, no Paraná, outros 600 integrantes do MST, que tinham invadido a Fazenda Santa Alice, no dia 1º, deixaram a propriedade na manhã de ontem. A Polícia Militar já tinha mobilizado um grupo para retirar os sem-terra, mas na última hora foi informada de que eles acatariam a ordem judicial de reintegração de posse. No final, a PM ajudou apenas no desmonte das barracas de lona.

A Fazenda Santa Alice tem 1.050 alqueires e, de acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), possui três proprietários. Um deles havia oferecido a propriedade para o instituto avaliar, para possível compra. No entanto, os outros não aprovaram o oferecimento e travaram o processo. A área está arrendada para várias pessoas, que se dedicam ao plantio de milho e trigo, além da criação de gado. Segundo o MST, a invasão teve como objetivo pressionar o governo federal para que assente mais famílias no Estado.

**GRITO** - Hoje, militantes do MST devem participar das manifestações do Grito dos Excluídos - que, em sua 13ª edição faz campanha pela reestatização da empresa de mineração Vale do Rio Doce, privatizada durante o primeiro governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Por todo o País serão distribuídas urnas para que os cidadãos votem sobre a reestatização.

Em São Paulo está prevista uma marcha, que começa às 9 horas, na Praça da Sé, e segue até o Museu do Ipiranga. Antes da marcha, o arcebispo de São Paulo, d. Odilo Scherer, celebrará missa na Catedral da Sé para os participantes do Grito.

Na opinião de João Paulo Rodrigues, da direção nacional do MST, “o plebiscito promove o exercício legítimo e legal de decisão sobre temas importantes, como o uso e destino de nossas reservas minerais”. Tanto o movimento do qual ele participa quanto as pastorais sociais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) defendem a realização de mais consultas populares sobre temas de interesse nacional, como forma de ampliar a democracia.

O MST tem procurado aprofundar as alianças com outras organizações e movimentos com o objetivo de pressionar para a esquerda o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo Rodrigues, o presidente poderia fazer muito mais pelos excluídos: “Ele investiu só R\$ 3 bilhões em reforma agrária, ao mesmo tempo que gastou R\$ 157 bilhões com pagamento de juros.”

#### **PT critica atuação do governo federal na Reforma Agrária – Sítio Eletrônico do MST – 10/09/2007**

Durante o III Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores (PT) realizado entre os dias 31 de agosto e 2 de setembro, o partido aprovou, por unanimidade, uma resolução na qual critica duramente as ações do governo federal em relação ao projeto de desenvolvimento agrário. De acordo com a resolução “a reforma agrária ainda não foi reconhecida pelo governo como política pública central para o desenvolvimento do país e da democratização da sociedade”.

Entre os pontos presentes na resolução está a crítica ao modelo do agronegócio – baseado em grandes extensões de terra e no capital financeiro internacional – que atualmente tem sido beneficiário de grandes volumes de crédito agrícola e principal alvo de investimentos no setor por parte do governo federal. “O modelo do agronegócio continua hegemônico, tendo sido beneficiado por crescentes volumes de crédito e seguidas renegociação de dívidas”, diz o texto.

Apesar de apontar alguns avanços decorrentes da gestão do governo do PT, a resolução deixa claro que tais avanços “são insuficientes para alterar a estrutura fundiária concentradora e injusta e impulsionar um novo modelo de desenvolvimento rural”. De acordo com o texto, “para modificar a matriz econômica, social e política brasileira a reforma agrária precisa ser massiva e ampla e democratizar a estrutura fundiária em todas as regiões do país”.

A resolução também aponta retrocessos no âmbito da questão agrária brasileira, como, por exemplo, a liberação comercial dos transgênicos e o estímulo às transnacionais papeleiras, que espalham o "deserto verde". Confira abaixo o texto completo.

### **III CONGRESSO DO PT**

#### **RESOLUÇÃO SOBRE REFORMA AGRÁRIA**

1. O PT reafirma a centralidade da reforma agrária no projeto de desenvolvimento do Brasil, como condição fundamental para a geração de trabalho, distribuição de renda, democratização da sociedade, promoção da justiça no campo, ocupação equilibrada do território e para o uso sustentável dos recursos naturais.

2. O PT propõe a todas as forças democráticas e populares a construção de uma ampla transformação no mundo rural, como parte constitutiva de um novo modelo de desenvolvimento nacional com justiça social e soberania. Esse caminho passa pela democratização do acesso e da posse da terra, pela afirmação do princípio da função social da propriedade, o fortalecimento da agricultura familiar, dos assentados da reforma agrária e das comunidades rurais tradicionais, a soberania territorial, a conservação da biodiversidade e a sustentabilidade ambiental, a promoção da igualdade de gênero, raça e etnia.

3. O modelo agrário historicamente implantado no Brasil baseia-se na grande propriedade monocultora, que degrada os recursos naturais e submete a força de trabalho às condições desumanas, degradantes e ao trabalho escravo. Esta estrutura fundiária, marcadamente latifundiária, é geradora de relações sociais, econômicas e políticas injustas, desiguais e autoritárias. A modernização conservadora do campo promovida pelo regime militar, por meio de fartos subsídios públicos para estimular a mecanização e o uso de intensivo agroquímicos e outras tecnologias, gerou o aumento da concentração fundiária e da pobreza no campo e forçou o êxodo rural, que acabou por alimentar um processo de urbanização caótico. Na fase atual, em que o velho latifúndio se apresenta como "agronegócio", o modelo agrícola é fortemente influenciado pelas grandes empresas transnacionais da agricultura, que controlam a cadeia produtiva, desde as sementes – muitas delas transgênicas – até a industrialização e a distribuição.

4. Esse quadro pode se agravar com a ampliação desregulada da produção de etanol. No padrão atual, essa produção é realizada em grandes propriedades monocultoras de cana-de-açúcar, sendo que a maior parte delas oferece condições de trabalho desumanas e degradantes e causam imenso prejuízo à biodiversidade. A expansão pode resultar no aumento da compra de indústrias e de terras por empresas estrangeiras (desnacionalizando ainda mais o país), aumentar a concentração fundiária, desestruturar regiões de concentração da agricultura familiar, impactar a produção de alimentos e pressionar a expansão da fronteira com graves conseqüências ambientais. Não podemos repetir erros do passado. A produção de etanol deve ser objeto de regulação pelo Estado, com a restrição de áreas de plantio, implementação de efetivo zoneamento climático-sócio-ambiental, exigência do cumprimento da função social da propriedade, estabelecimento de condicionantes para acessar financiamento público.

5. A concentração da propriedade da terra sustenta-se, também, nas situações de ilegalidade e instabilidade jurídica que permitiram que milhões de hectares de terras públicas e devolutas fossem griladas e banhadas com o sangue dos que ali habitavam. Estima-se que milhares de pessoas trabalham em regime de escravidão em nosso país, parte desses trabalhadores encontram-se em carvoarias ilegais localizadas na região amazônica.

Outro dado alarmante da barbárie capitalista rural pode ser verificado no número de assassinatos, tentativas de assassinatos, feridos e prisões no campo.

6. A resistência camponesa, negra, indígena e popular tem marcado a história nacional. Os trabalhadores e trabalhadoras sempre lutaram para mudar a estrutura latifundiária. Eles reivindicam a democratização do acesso e da posse da terra e a extensão da cidadania à população do campo. Por essa razão, as organizações e movimentos sociais no campo foram e seguem sendo importantes agentes da construção da democracia brasileira. Suas lutas são legítimas e necessárias. As ocupações de terras improdutivas ou griladas representam o principal método de luta das organizações camponesas no Brasil e na América Latina. Essas ocupações têm seu fundamento no direito à vida, à alimentação, à moradia e, sobretudo, na função social da propriedade, nos termos previstos pela Constituição Federal. A maioria dos assentamentos rurais atualmente existentes foi conquistada por meio das lutas camponesas, em especial, por meio das ocupações.

7. O Poder Judiciário tem representado um importante obstáculo à reforma agrária. Setores predominantes desse Poder tratam com pesos diferentes as ações judiciais envolvendo a luta pela terra: impunidade frente a violência, agilidade para julgar ações penais contra as lideranças dos movimentos sociais e lentidão para apreciar as ações de desapropriação e de retomada de terras que estão nas mãos de grileiros.

8. O problema agrário brasileiro foi agravado durante a era FHC. O projeto neoliberal significou o sucateamento do INCRA, o desmonte do sistema nacional de assistência técnica e a criminalização dos movimentos sociais, cuja principal expressão foi a edição da "MP das Invasões". O "Novo Mundo Rural" que o governo FHC projetava para o país estava na contramão das aspirações populares, até porque mantinha inalterada a estrutura latifundiária.

9. A eleição de Lula representou uma inflexão no tratamento dado à questão agrária pelo governo brasileiro. O II Plano Nacional de Reforma Agrária buscou expressar uma abordagem contemporânea, em que mudança da estrutura fundiária com a conquista do direito à terra associa-se à segurança e soberania alimentar, à promoção da igualdade de gênero, à conservação da biodiversidade, como elementos constitutivos de um novo padrão de desenvolvimento. Além disso, os recursos destinados à aquisição de terras foram ampliados significativamente, os valores direcionados ao financiamento da agricultura familiar saltaram de R\$ 2,3 bilhões, em 2002, para R\$ 12 bilhões, em 2007, iniciou-se um processo de recuperação do INCRA, avançaram as ações de reforma agrária na Amazônia e os programas de educação do campo, foram criadas políticas públicas voltadas ao aumento da qualidade dos assentamentos de reforma agrária, à promoção da igualdade de gênero e reconhecimento e titulação dos territórios quilombolas. Além disso, o governo interditou o processo de criminalização provido por FHC e manteve um permanente e solidário diálogo com os movimentos sociais no campo, inclusive na elaboração e implementação das políticas públicas. Essas e outras ações tornam a reforma agrária do governo Lula muito superior a dos demais governos.

10. No entanto, esses avanços são insuficientes para alterar a estrutura fundiária concentradora e injusta e impulsionar um novo modelo de desenvolvimento rural. A reforma agrária ainda não foi reconhecida pelo governo como política pública central para o desenvolvimento do país e da democratização da sociedade. O modelo do agronegócio continua hegemônico, tendo sido beneficiado por crescentes volumes de crédito e seguidas renegociação de dívidas. Verifica-se ainda alguns retrocessos, como a liberação comercial dos transgênicos e o estímulo às transnacionais papeleiras, que espalham o "deserto verde".

12. Para modificar a matriz econômica, social e política brasileira a reforma agrária precisa ser massiva e ampla e democratizar a estrutura fundiária em todas as regiões do país. Temos que superar a hegemonia do agronegócio e constituir um novo modelo de desenvolvimento, calcado na democratização da terra, na soberania alimentar, na sustentabilidade ambiental, na promoção da igualdade de gênero, raça e etnia, na produção para o mercado interno e no fortalecimento da agricultura familiar.

13. Reforma agrária pressupõe desconcentrar a propriedade da terra, alterando a estrutura fundiária que atualmente mantém 46,8% da área registrada nas mãos de 1,6% dos proprietários e tornar produtivos os 133 milhões de hectares de terras improdutivoas. Pressupõe também garantir o cumprimento da função social da propriedade e limitar o tamanho máximo da propriedade, razão pela qual o PT apóia a campanha promovida pelo Fórum Nacional de Luta pela Reforma Agrária e Justiça no Campo pela limitação do tamanho da propriedade. Pressupõe ainda retomar amplas parcelas do território que atualmente se encontram nas mãos de grileiros e destiná-las ao assentamento de trabalhadores sem-terras, bem como reconhecer e titular as terras de povos indígenas e comunidades tradicionais.

14. Os imóveis rurais que não cumprem a função social precisam ser destinados à reforma agrária. A função social somente é atendida quando a terra produz, utiliza racionalmente os recursos naturais, respeita a legislação que regula as relações de trabalho e assegura o bem-estar daqueles que nela trabalham. A propriedade que atenda aos índices de produtividade, mas que não respeite o meio ambiente e a legislação trabalhista, também deve ser destinada à reforma agrária. Urge ainda atualizar os índices de produtividade, fixados com base em dados da década de 1970, para que se possa viabilizar o instrumento da desapropriação, priorizando, inclusive, as famílias acampadas. Os proprietários que praticam o trabalho escravo e degradante devem ser submetidos à legislação penal e impedidos de acessar recursos públicos, sendo que seus imóveis devem ser expropriados, sem indenização, e destinados aos assentamentos. Por esse motivo, o PT e o governo Lula devem trabalhar para que o Congresso Nacional aprove imediatamente a PEC que determina a expropriação da propriedade onde for constatado trabalho escravo.

15. O país precisa redefinir o marco legal da reforma agrária para que ela possa ter a dimensão e magnitude necessária; criar novas linhas de crédito especial para os beneficiários da reforma agrária, inclusive, as comunidades tradicionais; aprofundar o fortalecimento institucional do INCRA; promover a desburocratização do processo administrativo e judicial da desapropriação; aumentar os recursos orçamentários para a reforma agrária; e implementar uma política que universalize a educação no campo. Além disso, precisamos ampliar a capacidade do Estado de regulação do desenvolvimento rural, em especial, a regulação da ocupação do território, das atividades agropecuárias e agroindustriais e de gestão dos recursos naturais.

16. O PT deve lutar para que o Congresso Nacional deixe de ser instrumentalizado pelos ruralistas para travar a Reforma Agrária e criminalizar os movimentos sociais do campo, lutando para aprovar a PEC que expropria propriedade onde for constatado trabalho escravo, para aprovar os projetos que impedem a concessão desordenada de liminares em ações possessórias e as proposições que agilizam os processos administrativos e judiciais de obtenção de terras.

17. Os delegados e delegadas do III Congresso do PT reafirmam que a reforma agrária representa uma das mais importantes bandeiras políticas do PT. Por essa razão, a militância do PT presente nas lutas sociais e na institucionalidade deve atuar na mais

variadas frentes para construir um vigoroso movimento capaz de implementar uma ampla e massiva reforma agrária.

**Marcha das Margaridas: novas nuances nas lutas por direitos no campo** - Leonilde Medeiros\* – Agência Carta Maior – 11/09/2007

A Marcha das Margaridas aponta para a inserção das mulheres nas mobilizações e demandas que vêm marcando as lutas sociais no Brasil desde o final dos anos 1970.

No mês de agosto de 2007, realizou-se em Brasília a terceira Marcha das Margaridas, evento resultante de um amplo processo de mobilização de mulheres trabalhadoras rurais. Tal mobilização é promovida em todos os estados do país pela CONTAG, pelas Federações de Trabalhadores na Agricultura, pelos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e pela Central Única dos Trabalhadores, em parceria com alguns movimentos de mulheres e movimentos feministas, como o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, o Conselho Nacional dos Seringueiros, o Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia, a Marcha Mundial das Mulheres, a Rede de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe e a Coordenadora de Organizações de Produtores Familiares do Mercosul.

Embora com pouca visibilidade na mídia, a Marcha reuniu um número expressivo de mulheres trabalhadoras do campo (cerca de 30 mil, segundo os organizadores) para apresentar suas reivindicações ao Presidente da República. O encerramento da Marcha contou com a presença de diversas autoridades, tais como os ministros do Desenvolvimento Agrário, da Saúde e do Turismo, os representantes da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Poucos dias antes, também com a presença de representantes das trabalhadoras rurais, realizara-se a II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, visando discutir e avaliar a implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Essa recepção mostra não só uma capacidade de se fazer ver, como reitera um dos objetivos centrais do evento: estabelecer diálogo com os poderes públicos.

Embora as discussões sobre relações de gênero no interior do sindicalismo remontem, pelo menos, ao final dos anos 1980, a primeira Marcha das Margaridas ocorreu em 2000, trazendo a público temas que já vinham sendo tratados em congressos e encontros sindicais, mas que ganharam maior visibilidade por meio da realização de um evento próprio. Nessa ocasião, afluíram questões recorrentes nas pautas de reivindicações dos trabalhadores do campo, mesclados a outros, relacionados diretamente à questão de relações de gênero, como a demanda por igualdade de direitos e a crítica à violência sexista. Uma nova Marcha verificou-se em 2003, reiterando as reivindicações.



A denominação "Marcha das Margaridas" faz uma referência à história das lutas no campo por meio da homenagem a Margarida Maria Alves, liderança sindical paraibana assassinada no ano de 1983, ainda durante o regime militar, em razão de sua militância em defesa dos direitos trabalhistas. Essa identificação remete não só à condição de mulher e de trabalhadora, mas também à firmeza e coragem (o refrão da música tema da marcha é "estão chegando as decididas"). Como tal, aponta para a inserção das mulheres nas mobilizações e demandas que vêm marcando as lutas sociais no Brasil desde o final dos anos 1970.

Desde os anos 1970, como é sabido, aflorou uma série de demandas por reconhecimento e direitos daqueles que viviam no campo: "sem-terra", "atingidos por barragens", "seringueiros", "canavieiros", "pequenos agricultores", enfim uma enorme gama de identidades que falavam de particularidades de grupos, mas que principalmente mostravam que a questão agrária brasileira era multifacetada e complexa. Aos poucos, esses novos atores foram também incorporando uma dimensão de gênero nas suas reivindicações e incluíram em seus debates e discursos temas como direitos da mulher e condições para igualdade de gênero, tanto no espaço público como no lar.

Esse processo foi fruto tanto da intensa participação das mulheres nas mobilizações que marcaram os anos 1980 e 1990, quanto da constatação de que muitas vezes alguns dos resultados das lutas beneficiavam desigualmente homens e mulheres. É o caso, por exemplo, do acesso à terra pela política de assentamentos: a titulação em nome do casal foi resultado de pressões, originárias de movimentos de mulheres, que implicaram em mudanças legais. Seguindo um padrão de ação que marca a prática do sindicalismo rural no país, as Marchas vêm reforçando a cultura dos grandes eventos que culminam com um ato espetacular na capital federal e a entrega de um conjunto de demandas ao governo. É uma prática que se consolidou por meio dos Gritos da Terra, mobilização anual promovida pelo sindicalismo rural, desde o início dos anos 1990 e que já compõe a rotina de suas atividades.

Nesses eventos, temas diversos são retomados e atualizados, compondo uma pauta ampla que reflete desde demandas pontuais e de grupos particulares até aquelas que se referem a temas amplos, como reforma agrária, política de desenvolvimentos, educação, previdência e saúde no campo.

A Marcha das Margaridas de 2007 retomou algumas das reivindicações básicas dos trabalhadores do campo, iniciando pela reforma agrária. Reafirmou temas candentes como (a) o estabelecimento de medidas legais para estabelecer um tamanho máximo para a propriedade da terra, especialmente para estrangeiros; (b) a atualização dos índices de produtividade agropecuária; (c) o reconhecimento e descriminalização da luta pela terra; e (d) o cumprimento da função socioambiental da terra, não permitindo a existência de propriedades que tenham terras improdutivas, que degradem o meio ambiente e desrespeitem os direitos trabalhistas ou pratiquem o trabalho escravo.

As participantes reivindicam ainda medidas relacionadas à segurança alimentar e nutricional, numa ótica que valorize a dimensão cultural da alimentação. Com isso retomam a crítica ao modelo com base no apoio ao agronegócio e o hidronegócio e colocam a

agroecologia em primeiro plano como modelo produtivo. No que se refere às relações de gênero, demandam políticas diferenciadas para as mulheres, a partir da constatação de que, num contexto socioeconômico, cultural e político de opressão e discriminação de gênero, são as mulheres, em especial as jovens, as mais atingidas pela exclusão social e vulnerabilidade.

Essa realidade se reflete no grande contingente de mulheres “chefes de família”, um reconhecido indicador da feminização da pobreza. Um outro ponto das demandas das “margaridas” foi a crítica às políticas que têm estimulado a redução do emprego assalariado com vínculo empregatício e a ampliação de medidas que flexibilizam regras e direitos trabalhistas. A esses temas se acopla ainda a defesa tanto de uma política de valorização do salário mínimo como de uma “política de desenvolvimento que não pode se confundir com crescimento econômico”.

Assim, reitera-se a defesa de condições de vida digna em especial para as mulheres, que sofrem intensamente as conseqüências da discriminação e desigualdade de gênero e raça. A pauta envolveu ainda a defesa das atuais regras diferenciadas para o acesso aos direitos previdenciários (em especial no que se refere à aposentadoria) entre, de um lado, mulheres e homens e, de outro, trabalhadores urbanos e rurais. Destaca-se também a afirmação da necessidade de programas especiais para as populações do campo, como a aprovação, pelo Conselho Nacional de Saúde, da Política Nacional de Saúde das Populações do Campo e da Floresta.

Nesse sentido, segundo as participantes da Marcha, é necessário assegurar a intervenção sobre problemas relacionados ao processo de trabalho e às ameaças à vida no campo e na floresta, sem deixar de lado temas genéricos como os referentes à saúde da mulher (com atenção à saúde sexual e reprodutiva e à violência sexual e doméstica). Com o mesmo espírito, defendem a construção de princípios e diretrizes metodológicas, curriculares e pedagógicas que busquem assegurar relações igualitárias de gênero nas orientações da política nacional de educação no campo.

Finalmente, pedem divulgação e efetivo cumprimento da Lei Maria da Penha, que prevê penas mais duras para os responsáveis pela violência sexista, por meio de um conjunto de ações adaptadas ao espaço rural, já que aí se nota um maior isolamento, o que facilita a violação de direitos. Este vasto leque de demandas pode ser lido sob várias óticas. A mais evidente é a que está explicitada na própria pauta e que remete, como afirmado acima, a uma espécie de ritual reivindicativo, no qual se busca chamar a atenção do Estado para sua existência e afirma direitos que vêm sendo demandados e reconhecidos a duras penas.

No entanto, não é só ao Estado que eventos como esses se dirigem: eles podem ser lidos como exercícios de difusão de valores e concepções, uma prática educativa que se propaga lentamente, fazendo com que as trabalhadoras venham a conhecer seus direitos. Essa dimensão só pode ser apreendida por meio da observação do processo de preparação do evento, das reuniões locais, do processo molecular de produção de adesão e engajamento. É nesses momentos que as palavras de ordem revelam sua força, tensionando

os lugares tradicionalmente estabelecidos para homens e mulheres nas relações familiares e nas diferentes dimensões de seu cotidiano.

Para além das disputas políticas que permeiam as organizações de mulheres no campo e que são uma das dimensões daquelas que ocorrem no plano da representação dos trabalhadores, é interessante observar que cada vez mais mulheres vêm assumindo postos de direção e lugares de destaque nas organizações de trabalhadores rurais. Essa nova realidade tem sido fundamental para a incorporação de novos temas na agenda ou novas formas de olhar temas antigos. Essa é uma das mudanças silenciosas, mas efetivas e relevantes que vêm se operando no campo brasileiro.

\*é Professora do CPDA/UFRRJ, pesquisadora do CNPq, da Faperj e do Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA).

**150 sem-terra fecham sede do Incra no Paraná** - Evandro Fadel e Elder Ogliari – Estado de São Paulo – Nacional – 11/09/2007

Trabalhadores rurais do MLST exigem cesta básica e assentamento

Cerca de 150 integrantes do Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) fecharam, durante todo o dia de ontem, o acesso ao escritório do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em Cascavel, oeste do Paraná. Eles permitiram que os funcionários entrassem, mas o atendimento à população não foi realizado. Os manifestantes reivindicam cestas básicas e o assentamento de cerca de 450 famílias, que estão há cinco anos acampadas no vizinho município de Corbélia. No fim da tarde, eles deixaram o local. No Rio Grande do Sul, sem-terra bloquearam rodovias.

Em reunião realizada em Curitiba, entre o superintendente do Incra no Paraná, Celso Lisboa de Lacerda, e líderes do MLST, ficou acertado que as remessas de cestas básicas devem ser retomadas a partir de segunda-feira. De acordo com o Incra, a entrega estava atrasada em função da greve dos servidores federais.

Lacerda também anunciou que foi encerrado o processo de avaliação da Fazenda Piquiri, formada por duas áreas contíguas, numa extensão de 1.214 hectares. A propriedade, que fica em Corbélia, foi oferecida ao Incra pelo proprietário Orlando Carneiro e, hoje, deve ser apresentada a ele a avaliação feita pelos técnicos. Caso a proposta seja aceita, será realizada a audiência pública e a emissão de títulos da dívida agrária. De posse do imóvel, o Incra prevê que sejam assentadas aproximadamente 70 famílias.

**BLOQUEIOS** - Em Nova Santa Rita, na região metropolitana de Porto Alegre, o Movimento dos Sem-Terra (MST) participou como apoiador de um bloqueio da BR-386 promovido por sindicatos de trabalhadores, movimentos comunitários e ambientalistas contrários à construção de um depósito de resíduos sólidos numa área rural do município.

Centenas de pessoas mantiveram uma barreira na rodovia das 6h30 às 8 horas. O engarrafamento chegou a sete quilômetros no sentido Porto Alegre-interior do Estado e a cinco quilômetros no sentido inverso.

A central de resíduos sólidos está sendo construída pela Multti Serviços Tecnologia Ambiental para receber e tratar de rejeitos industriais como terceirizada. Os manifestantes temem que o depósito contamine cursos d'água como o Rio dos Sinos e propriedades agrícolas da região, voltadas para a produção de leite, melões e melancias. A Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) confirma que o projeto da empresa tem licença de instalação por obedecer à legislação ambiental.

Na cidade de Boa Vista do Incra, região central do Rio Grande do Sul, cerca de 100 sem-terra bloquearam a passagem de veículos pelo Km 20 da RS-481 por diversas vezes durante a manhã. Os agricultores ficaram no meio da rodovia para exibir faixas e entregar panfletos aos motoristas. A cada meia hora liberaram o tráfego, evitando a formação de grandes congestionamentos. O protesto foi encerrado no início da tarde.

Segundo Vitor Aldemir da Silva, um dos líderes da manifestação, o objetivo dos bloqueios foi chamar a atenção do Incra para a necessidade de assentamento das 17 famílias que estão acampadas à beira da rodovia. “Estamos morando há anos sob barracas de lona e vivendo de cestas básicas que chegam tarde e são insuficientes”, disse. “Precisamos de terra para sair dessa situação.”

### **Contra aterro, MST bloqueia rodovia no RS – Folha de São Paulo – Brasil – 11/09/2007**

DA AGÊNCIA FOLHA, EM PORTO ALEGRE - Integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e moradores de Nova Santa Rita (região metropolitana de Porto Alegre) bloquearam a BR-386 ontem, das 7h às 8h30, causando congestionamentos. Eles protestaram contra a instalação de um aterro sanitário nas margens da rodovia, liberado pelo Estado. Os manifestantes só liberaram a passagem de ambulâncias no período do protesto.

### **Manifestações do Grito dos Excluídos trabalham a conscientização popular - Juliano Domingues – Sítio Eletrônico do MST – 11/09/2007**

As manifestações deste ano, da 13ª edição do Grito dos Excluídos, afirmaram que o Brasil ainda não é um país independente, já que o uso de seus recursos naturais e os rumos de sua política econômica são ditados por interesses estrangeiros. A edição aconteceu na última sexta-feira, dia 7, dia que comemoramos a independência do Brasil.

De acordo com informações da própria organização, as manifestações ocorreram em mais de mil localidades espalhadas em todos os estados do país, em atividades que também estiveram relacionadas com o Plebiscito Popular que questionou a privatização da Companhia Vale do Rio Doce.

De acordo com o coordenador nacional do Grito dos Excluídos, Luiz Basségio, as manifestações tiveram como critério a participação popular. “Quem organiza o Plebiscito, na elaboração das perguntas, na aplicação e na computação dos dados é o povo. Então é o protagonismo no sentido de que os sujeitos das possíveis mudanças que nós buscamos, deve ser o povo. As mudanças não vão cair do céu. Elas vêm de fato da organização e da participação popular”.

O integrante ainda faz um balanço dos resultados das manifestações que envolveram o Plebiscito da Vale. “Primeiro a unidade que esse processo consegue construir em torno das várias forças sociais. Outro ponto importante que é balela essa história de que o povo não entende de Vale. O povo não entende quando as autoridades não querem que ele entenda. Agora com todos os processos que nós fizemos de formação sobre a falcatura que foi o leilão da Vale, o povo passa a discutir aquilo que é patrimônio da população e que deve ser respeitado e que o povo deve ser consultado”.

### **Movimentos sociais levarão resultado de plebiscito a Lula - Maurício Thuswohl - Carta Maior – 12/09/2007**

Expectativa é que mais de cem mil urnas sejam apuradas em todo o Brasil. Resultado será entregue ao presidente da República em 25 de setembro. Principal objetivo do plebiscito é pressionar o STJ a julgar rapidamente o mérito das ações contra a privatização da Vale.

RIO DE JANEIRO – Desde que o PT decidiu em seu congresso nacional apoiar as mobilizações populares pela anulação da privatização da Companhia Vale do Rio Doce, o Palácio do Planalto vem evitando assumir posição sobre o tema. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva é pressionado pela imprensa conservadora, que parece querer arrancar dele um compromisso público contra a anulação, mas tem se limitado a dizer que “partido é partido e governo é governo” e que este assunto não está na pauta governamental.

A delicada questão da venda da Vale do Rio Doce, no entanto, voltará a bater na porta do presidente da República em 25 de setembro. Nesse dia, dirigentes de entidades representativas dos movimentos sociais como CUT, MST, UNE e Conlutas, entre outras, estarão em Brasília para entregar a Lula um documento com os resultados do plebiscito popular sobre o tema, que foi realizado entre os dias 1º e 9 de setembro em todo o Brasil.

Além de indagar se o votante era favorável à anulação da privatização da Vale, o plebiscito pediu a opinião da população sobre temas como o pagamento dos juros das dívidas interna e externa, o preço das tarifas de energia e a Reforma da Previdência. A consulta popular foi o ponto alto da 13ª edição do Grito dos Excluídos, tradicional ato político organizado pelos movimentos sociais e realizado no feriado de Sete de Setembro. Sob o slogan “Isto não Vale! Queremos participação no destino da nação!”, o Grito este ano reuniu centenas de milhares de manifestantes em várias cidades do país.

A contagem dos votos somente será iniciada na semana que vem, mas o balanço preliminar da participação popular este ano indica um sucesso tão grande quanto aquele

obtido nos dois outros plebiscitos já organizados pelos movimentos sociais. Os anteriores trataram da Alca e da utilização da base aeronáutica de Alcântara pelos Estados Unidos, e reuniram mais de dez milhões de votantes: “Nossa expectativa é que um total de mais de cem mil urnas chegue para apuração”, afirma Luiz Bassegio, que é membro da Secretaria Continental do Grito dos Excluídos.

Desde 1º de setembro, militantes das 64 organizações envolvidas no plebiscito instalaram urnas para receber o voto popular em duas mil localidades espalhadas pelo Brasil. Urnas foram colocadas em faculdades, sindicatos, igrejas, câmaras de vereadores e até mesmo em feiras e praças. Apenas no dia do feriado, segundo dados preliminares obtidos pela Secretaria Continental, 17 mil novas urnas foram instaladas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Ceará.

Segundo a organização do Grito dos Excluídos, este ano as manifestações mais marcantes aconteceram em São Paulo (150 mil em todo o estado), Bahia (30 mil em Salvador e 70 mil no interior) e Pará (50 mil em Belém). Em Aparecida do Norte, no Vale do Paraíba, dezenas de milhares de pessoas participaram da 20ª Romaria dos Trabalhadores e, num gesto simbólico, exibiram cartões vermelhos para a privatização da Vale, para a Alca, para as dívidas interna e externa, para a Reforma da Previdência, para as altas tarifas de energia e para o FMI.

**Leilão repleto de irregularidades** - Com patrimônio líquido estimado na época em R\$ 10 bilhões (ou R\$ 40 bilhões, se considerado seu potencial de exploração mineral), a Companhia Vale do Rio Doce foi vendida em 1997, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, por um terço de seu valor (R\$ 3,4 bilhões).

O montante gasto na compra foi recuperado com sobras pelos investidores em apenas três anos, já que o lucro líquido acumulado da Vale entre 1998 e 2000 foi de R\$ 4,4 bilhões. Dez anos após sua privatização, a ex-estatal tem lucros acumulados que ultrapassam os R\$ 50 bilhões e um patrimônio hoje calculado em cerca de R\$ 100 bilhões.

Além da venda claramente subfaturada, outras irregularidades dão base jurídica à luta daqueles que pretendem anular a privatização da Vale. A principal delas é a ilegalidade cometida por empresas que misturaram os papéis de avaliador e investidor durante o processo de leilão da empresa. Entidades privadas como o banco brasileiro Bradesco e a empresa de consultoria norte-americana Merrill Lynch tomaram parte no consórcio de avaliação que estipulou um preço muito abaixo do mercado para a Vale e, mais tarde, tornaram-se acionistas e passaram a se beneficiar com os rápidos lucros obtidos com a empresa privatizada.

**Nas mãos do STJ** - Um dos objetivos do plebiscito sobre a privatização da Vale do Rio Doce é pressionar os juízes da 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) a tomarem rapidamente posição sobre um recurso apresentado pela atual direção da empresa para impedir o julgamento do mérito de 69 ações populares, iniciadas na 1ª Vara Federal de Belém, que pedem a anulação do leilão. Até o momento, somente dois dos oito juízes aptos a votar \_ Luiz Fux e José Delgado \_ já divulgaram seus votos, ambos favoráveis à direção

da Vale. O julgamento permanece paralisado desde junho, quando o ministro João Otávio Noronha pediu vista do processo.

O imbróglio jurídico começou às vésperas do leilão da Vale, em maio de 1997, quando o Supremo Tribunal Federal (STF), francamente favorável à privatização da empresa, decidiu reunir todas as ações que pediam a anulação do processo de venda e encaminhá-las para a Justiça Federal no Pará. Em Belém, o juiz Francisco Gardês Júnior determinou em primeira instância o arquivamento das ações, o que gerou revolta nos movimentos sociais.

Após muita mobilização, o advogado Eloá dos Santos Cruz, autor de uma das ações populares, conseguiu em 2001 que os processos fossem remetidos ao Tribunal Regional Federal (TRF) em Brasília. Em 2005, a desembargadora Selene Maria de Almeida devolveu todos os processos à Justiça Federal do Pará e determinou que fossem realizadas perícias nos documentos de privatização da Vale. A direção da empresa recorreu então ao STJ, onde o processo se encontra parado desde então.

Além das 69 ações que são objeto desta disputa, outras 38 aguardam a apreciação da Justiça, num total de 107 medidas judiciais, entre ações populares e ações civis públicas, que pedem a anulação do processo de venda e privatização da empresa. Mesmo que o Palácio do Planalto continue lavando as mãos, as inúmeras irregularidades cometidas há dez anos alimentam a esperança de quem quer ver a Vale de novo como uma empresa estatal: “Nós ainda vamos conseguir reverter esse quadro criminoso de entrega do patrimônio e das riquezas do solo e do sub-solo brasileiros”, aposta Luiz Bassegio.

### **Via Campesina faz onda de protestos** – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 12/09/2007

A Via Campesina deflagrou ontem uma onda de protestos no Rio Grande do Sul. Em Capão do Leão, 700 pessoas acamparam na via de acesso ao viveiro de mudas da Votorantim Celulose e Papel. Em Bossoroca, 400 sem-terra saíram em marcha de 250 quilômetros até Coqueiros do Sul. E em Eldorado do Sul, 500 assentados fizeram passeatas. Os atos têm como alvo as plantações de eucaliptos para a indústria da celulose.

**MST bloqueia propriedade da Votorantim** – Simone Iglesias – Folha de São Paulo – Brasil – 12/09/2007

**Sem-terra criticam governo por incentivar o plantio de eucaliptos em vez de promover a reforma agrária**

Cerca de mil integrantes da Via Campesina e do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), segundo a Brigada Militar, montaram um acampamento ontem em frente a uma área de plantio de eucaliptos da empresa Votorantim, nas margens da BR-116, em Capão do Leão (RS).

Das 6h às 12h, os manifestantes bloquearam o portão principal da Votorantim, impedindo a entrada e a saída de caminhões. A empresa liberou os 200 funcionários do trabalho.

Os sem-terra protestam contra a liberação de áreas pelos governos federal e estadual para o plantio de eucaliptos. Segundo Irma Ostroski, da Via Campesina, os governos "esqueceram" a reforma agrária e a agricultura familiar. Ela disse que pretendem ficar acampados no local por pelo menos mais dois dias. "Não podemos mais aceitar que a reforma agrária seja deixada de lado pelos governos que passaram a incentivar o plantio de eucaliptos em vez de distribuir terras", disse Mauro Cidulski, do MST. A empresa ainda não se manifestou sobre o acampamento.

Em março do ano passado, 2.000 militantes da Via Campesina e do MST invadiram o horto florestal da Aracruz Celulose, em Barra do Ribeiro (RS) e destruíram um milhão de mudas de eucalipto.

Em Bossoroca (RS), 500 famílias de sem-terra iniciaram ontem uma caminhada em direção a Fazenda Guerra, em Coqueiros do Sul. Outra manifestação em Eldorado do Sul (RS) reuniu 800 sem-terra.

**STF mantém condenação de sem-terra** – Folha de São Paulo – Brasil – 12/09/2007

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA - O Supremo Tribunal Federal manteve a condenação do integrante do MST Marcelo Buzetto a seis anos e quatro meses de prisão, em regime aberto, por roubo e receptação de 14 toneladas de macarrão, avaliados em R\$ 14 mil, em São Paulo.

Ele foi condenado pela Justiça de SP, após ter sido preso em 1999 em protesto em que dois caminhões foram saqueados. Buzetto tinha fracassado em habeas corpus no STJ. Em 2006, o ministro Joaquim Barbosa negou pedido de suspensão da sentença no STF. A 2ª Turma do tribunal do julgou o caso.



**MST deixa área da Votorantim e faz protesto** – Folha de São Paulo – Brasil – 13/09/2007

DA AGÊNCIA FOLHA, EM PORTO ALEGRE -Os integrantes da Via Campesina e do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) encerraram ontem o protesto em frente a uma área de plantio de eucaliptos da Votorantim, em Capão do Leão (RS). Eles se deslocaram para Pelotas (RS), onde fizeram uma manifestação no centro.

Outro grupo de sem-terra fez manifestação em Porto Alegre (RS), em frente ao Palácio Piratini, sede do governo gaúcho. Cerca de 500 manifestantes foram à sede do Inbra, onde passariam a noite. Eles protestam contra o incentivo ao plantio de eucaliptos e pedem prioridade para a reforma agrária.

**Rosenfield denuncia movimento pela relativização da propriedade-** Agência CNA - 17/09/2007

O Brasil assiste, atualmente, a um forte movimento de relativização da propriedade, com o apoio explícito do Governo, que poderá conduzir o País a uma sociedade totalitária. A análise é do doutor em filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Denis Lerner Rosenfield, em palestra no Fórum Agrário Empresarial, em Campo Grande (MS), hoje (17/9) que citou como exemplos a maneira como vêm sendo conduzidas as invasões das propriedades rurais pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a demarcação de terras indígenas sobre as áreas de produção, além da definição das áreas dos quilombolas e restrições ambientais à atividade rural. Para ele, não há qualquer divórcio entre as posições defendidas no 3º Congresso do PT e o tratamento dado à propriedade pelos órgãos do Governo, especialmente aqueles ligados aos ministérios do Desenvolvimento Agrário, Justiça, Meio Ambiente e Cultura.

Rosenfield alertou que o tratamento proporcionado ao produtor rural, hoje, “é uma questão de desrespeito à democracia e está relacionada ao futuro da sociedade, quanto a sua liberdade”. Por esse motivo, afirmou ser fundamental que os problemas sejam conhecidos pela opinião pública, para que participe de uma disputa de idéias. “A sociedade democrática se assenta na formação da opinião pública, para que políticos e governantes decidam com as idéias que têm à mão”. Para ele, os problemas gerados pela demarcação das terras indígenas somente se agravaram devido à complacência da sociedade com o que estava acontecendo. Agora, surge a questão dos quilombolas, que poderá seguir no mesmo rumo caso a sociedade não tome conhecimento do problema.

Segundo o filósofo, o movimento dos sem terra somente conseguiu conquistar a posição que tem hoje junto à sociedade porque convenceu a opinião pública de que estava lutando por uma causa justa, a reforma agrária. Na realidade, os reais objetivos do MST eram a luta contra a economia de mercado e a propriedade privada, a coletivização da produção rural e o menosprezo à lei e ao estado de direito.

Para fazer frente a estas ações que visam a relativização da propriedade, como o aumento dos índices de produtividade das propriedades rurais, Rosenfield diz que será

preciso organização política e sindical, ações judiciais e amplo trabalho de informação da opinião pública. É a única maneira de evitar que se consolidem conceitos equivocados sobre questões como a dos quilombolas, de modo que não assumam proporções irreais.

**Fazendeiro acusa sem-terra de explodir tratores no RS - Elder Ogliari – Estado de São Paulo – Nacional – 17/09/2007**

A explosão de dois tratores na Fazenda Coqueiros, em Coqueiros do Sul, no Rio Grande do Sul, na madrugada de ontem, voltou a criar um clima de tensão entre fazendeiros e o Movimento dos Sem-Terra (MST) no Estado. Não houve feridos. A família Guerra, proprietária da área de 7 mil hectares, acredita que o ataque tenha sido feito por acampados do MST que vivem sob tendas numa área próxima.

A fazenda foi invadida oito vezes desde 2004 e já teve árvores cortadas e um caminhão e um galpão incendiados. O plantio e a colheita de milho e soja são feitos sob escolta da Brigada Militar. O MST, que quer a desapropriação da fazenda para assentar 500 famílias, assume as ocupações, mas nega os outros atos.

Desde terça-feira os sem-terra estão nas estradas pedindo o fim do plantio de eucaliptos, o cumprimento das metas de assentamento do Instituto Nacional do Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a desapropriação da Fazenda Coqueiros.

**Marcha do MST chama atenção de ruralistas – Estado de São Paulo – Nacional – 18/09/2007**

Os ruralistas do Rio Grande do Sul começaram a reagir às três marchas que o Movimento dos Sem-Terra faz no Estado. Um grupo de 150 produtores rurais se mobilizou para esperar a chegada de uma das colunas a Bagé, ontem, acompanhou a passeata dos sem-terra na cidade e acampou ao lado do ginásio onde os manifestantes se abrigaram. Outra coluna viajou de São Luiz Gonzaga a Santo Ângelo e a terceira ficou em Canoas. Todas pretendem se encontrar em Coqueiros do Sul, em outubro.

### **Sem-terra bloqueiam Incra de Belém** – Estado de São Paulo – Nacional – 18/09/2007

Os servidores do Incra de Belém estão desde ontem impedidos de entrar na sede do órgão porque 150 sem-terra ocupam suas dependências há uma semana. Eles exigem pressa no assentamento de cinco mil famílias e acusam o superintendente, Cristiano Martins, de cometer irregularidades, como a contratação de empresas de amigos e familiares para construção de casas e assistência técnica em 432 áreas ocupadas. Martins nega e diz que haverá pedido de reintegração de posse da sede.

### **Kátia Abreu alerta sobre revisão de índice de produtividade** - Agência CNA - 19/09/2007

A proposta do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) que visa aumentar os índices de produtividade das lavouras cacaeiras para 0,70 toneladas por hectare foi criticada hoje (19/9) pela vice-presidente de Secretaria da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu (DEM-TO), durante audiência pública realizada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal. A senadora chamou atenção para a falta de sensibilidade do governo considerando que, após sucessivas crises, a produtividade da cacauicultura atualmente não ultrapassa 0,33 toneladas por hectare. “É inacreditável a falta de sensibilidade do ministro da Reforma Agrária em apresentar essa proposta aos produtores de cacau”, declarou Kátia Abreu.

Em resposta aos questionamentos dos senadores, o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, reconheceu a falta de conformidade dos critérios com os padrões da produção de cacau. “Tenho clara noção da situação de produtividade da lavoura cacaeira. Já existem estudos e muitas coisas têm que ser revistas nessa área”, declarou o ministro. Stephanes explicou, ainda, que tem evitado falar sobre índices de produtividade, por não achar o momento oportuno, mas garantiu que o assunto será tratado “com bom senso e de acordo com critérios técnicos”. Segundo levantamento da CNA, em 1990, época áurea do cacau no Brasil, a produção teve como pico 0,54 toneladas por hectare.

### **Entidades enviam a Lula carta contra liberação de transgênicos** – Sítio Eletrônico da CPT – 19/09/2007

O Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo (FNRA JC), entidade que engloba 45 entidades e movimentos sociais enviou hoje, dia 19 de setembro, ao presidente Lula, uma carta pedindo que o ele determine ao Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS) que suspenda as liberações comerciais dos transgênicos e determine, também, que o CNBS edite regras que assegurem a coexistência de espécies transgênicas e não transgênicas. De acordo com o documento “as liberações irresponsáveis dos produtos transgênicos, sem critérios e sem estudos que atestem sua compatibilidade com a saúde humana e animal, revelam que o Brasil está renunciando à sua soberania e

colocando em perigo sua biodiversidade e a saúde de seu povo para beneficiar as grandes empresas transnacionais”.

Leia o documento na íntegra:

Excelentíssimo Senhor,  
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Presidente da República do Brasil

O povo brasileiro concedeu ao Senhor o segundo mandato para que pudesse liderar as mudanças de que o Brasil necessita como a realização de uma reforma agrária ampla e massiva, associada a outras políticas públicas essenciais à implantação de um modelo de desenvolvimento rural sustentável, na sua dimensão social, econômica e ambiental, garantidor da efetivação dos direitos fundamentais dos homens e das mulheres do campo.

No entanto, a cada dia que passa vemos essas mudanças mais distantes, em razão da expansão avassaladora do agronegócio e das transnacionais da agricultura, mediante a incorporação de extensas áreas à implantação de culturas voltadas preferencialmente à geração de energia alternativa, em detrimento da produção dos gêneros alimentícios de primeira necessidade, bem assim, através do controle de toda a cadeia produtiva, desde o fornecimento das sementes até a comercialização dos produtos agrícolas no mercado internacional, exercido por essas empresas.

Nosso país não pode se submeter à força do poder econômico dessas corporações. Não podemos aceitar que controlem nossas sementes. As liberações irresponsáveis dos produtos transgênicos, sem critérios e sem estudos que atestem sua compatibilidade com a saúde humana e animal, revelam que o Brasil está renunciando à sua soberania e colocando em perigo sua biodiversidade e a saúde de seu povo para beneficiar as grandes empresas transnacionais.

Na nossa visão a CTNBio está viciada, já que a maioria de seus membros está comprometida com o desenvolvimento de transgênicos e não com a avaliação de seus impactos. Além disso, vários integrantes da Comissão possuem conflitos de interesse, pois fazem pesquisas e elaboram pareceres para as empresas que dominam a transgenia.

A liberação comercial dos transgênicos é uma séria ameaça às sementes crioulas e pode inviabilizar a continuidade da construção de um modelo sustentável de agricultura baseado na agroecologia. Até o momento o governo não apresentou proposta para lidar com esse problema e conter a contaminação de nossas sementes pelos transgênicos. Primeiro foi a soja. Agora, essas empresas querem dominar o mercado do milho.

Em maio, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) liberou os milhos transgênicos da Bayer. Mas a Anvisa e o Ibama acreditam que a liberação foi feita sem os devidos estudos para garantir que esses produtos não fazem mal à saúde e ao meio ambiente. Em agosto, foi o vez da liberação comercial da Monsanto, também sem critérios ou estudos.

Entre os principais riscos dos transgênicos estão as alergias alimentares e a criação de resistência a antibióticos, sem falar na afetação do meio ambiente e no comprometimento da reprodução das diferentes formas de vida. A Anvisa acredita que os dados apresentados pelas empresas "são insatisfatórios e pouco esclarecedores". O Ibama entende que o milho transgênico causará sérios e irreversíveis prejuízos à nossa biodiversidade, porque contaminará as demais espécies de milhos crioulos e convencionais, cultivadas milenarmente por pequenos produtores.

Com o milho transgênico, Senhor Presidente, os consumidores, os produtores e o Brasil perdem. Só as empresas transnacionais de biotecnologia ganham.

Por essa razão, nos dirigimos a Vossa Excelência para pedir que determine ao Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS) que suspenda as liberações comerciais dos transgênicos, bem como para que o CNBS edite regras que assegurem a coexistência de espécies transgênicas e não transgênicas

Estamos cansados de ver os interesses dos grandes grupos econômicos se sobrepor aos interesses do povo. Esperamos que Vossa Excelência não permita que o milho transgênico destrua nossa biodiversidade e coloque em risco a saúde dos brasileiros e brasileiras.

**Fórum Nacional de Reforma Agrária e Justiça no Campo CONTAG – MST – FETRAF - CUT - CPT – CÁRITAS – MMC – MPA – MAB - CMP - CONIC – CONDSEF – Pastorais Sociais - MNDH – MTL – ABRA – ABONG - APR – ASPTA – ANDES – Centro de Justiça Global - CESE – CIMI – CNASI – DESER – ESPLAR – FASE – FASER – FEAB – FIAN-Brasil – FISENGE - IBASE – IBRADES – IDACO – IECLB - IFAS – INESC – MLST – PJR – REDE BRASIL – Rede Social de Justiça - RENAP – SINPAF – TERRA DE DIREITOS**

**Jovens submetidos à escravidão são libertados no Maranhão** - Beatriz Camargo e Maurício Hashizume – Da Repórter Brasil – Agência Carta Maior – 20/09/2007

Fazenda de gado localizada no município de Santa Luzia (MA) é flagrada explorando 20 trabalhadores em situação de mão-de-obra escrava. Entre as vítimas encontradas, havia quatro adolescentes com idade entre 16 e 17 anos.

SÃO PAULO – Ação do grupo móvel de fiscalização do governo federal concluída nesta quarta-feira (19) libertou 20 trabalhadores rurais explorados em condições análogas à de escravidão em fazenda de gado localizada em Santa Luzia (MA). Quatro adolescentes com idade entre 16 e 17 anos foram encontrados entre as vítimas. Todos eles roçavam as pastagens da Fazenda Barbosa - pertencente ao comerciante Roberto Barbosa de Souza, que reside no município vizinho de Santa Inês (MA).

De acordo com o auditor fiscal do Ministério de Trabalho e Emprego (MTE) que coordenou a ação, Humberto Célio Pereira, a remuneração pela diária do roçado não estava sendo devidamente paga desde abril, quando os trabalhadores chegaram ao local. "Apenas alguns vales de pequenos valores de R\$ 5 a R\$ 20 foram distribuídos", relata o coordenador da ação.

Equipamentos de trabalho (como botina e foice) e artigos de higiene pessoal (sabonetes, etc.) eram descontados dos trabalhadores. Segundo Humberto, havia capangas fazendo o monitoramento da circulação de pessoas na Fazenda Barbosa, que tem uma área total de 1,2 mil hectares e fica às margens da BR-222, a cerca de 350 km da capital São Luís. O "gato" - como comumente é chamado o contratante intermediário da empreitada -

Firmino Bezerra da Silva foi preso em flagrante portando uma espingarda e um revólver calibre 38.

Pelo relato do coordenador da ação que chegou no sábado (15) à Fazenda Barbosa, os trabalhadores estavam alojados em barracos forrados de plástico preto, de chão batido e sem água potável. Não havia banheiro nem luz elétrica. Para se alimentar, comiam arroz, feijão e, de vez em quando, carne de animais, quando eles mesmos caçavam.

A denúncia de trabalho escravo foi feita aproximadamente um mês atrás por um trabalhador que conseguiu fugir da propriedade. Segundo a procuradora do Trabalho Paula Silva Porto, que integrou o grupo móvel, o MPT pretende encaminhar ainda denúncia não apenas de crime de escravidão, mas também de abuso sexual e tráfico de drogas relacionadas ao caso para que sejam investigadas com mais cuidado pelo Ministério Público Federal (MPF), de São Luís, e pelo Ministério Público Estadual (MPE) do Maranhão.

As autoridades firmaram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o fazendeiro que foi flagrado explorando mão-de-obra escrava. Ele desembolsou de imediato R\$ 3 mil aos trabalhadores. Outro pagamento complementar de verbas rescisórias de direitos trabalhistas da ordem de mais de R\$ 33 mil será efetuado no dia 30 de outubro.

O dono da fazenda assumiu ainda o compromisso no TAC, a título de indenizações por danos morais, de viabilizar obras na escola municipal que fica em frente à propriedade, no povoado de Arara. Os reparos incluem a reforma de dois banheiros e a instalação das redes elétrica e hidráulica na construção que recebe estudantes da região. Também serão adquiridos pelo fazendeiro um microcomputador e uma impressora para que posteriormente possam ser utilizados na instituição educacional.

Depois de serem libertados, os trabalhadores foram transportados numa van fretada pelo empregador até Açailândia (MA), onde a denúncia foi recebida, a 280 km da fazenda. Todos eles são do município de Pindaré-Mirim (MA), próximo a Santa Inês (MA). O "gato" Firmino já deixou o cárcere após o pagamento da fiança. \*Leia mais em [www.reporterbrasil.org.br](http://www.reporterbrasil.org.br)

### **Impunidade no campo faz vítimas em todo o país – Sítio Eletrônico da Contag - 20/09/2007**

No dia 10 de setembro, os trabalhadores rurais Antonio da Penha Xavier e Manoel Ferreira dos Santos, do município de Bom Jesus, no interior de Mato Grosso, enviaram à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado (Fetagri-MT) uma carta-denúncia solicitando proteção. Eles e mais quatro trabalhadores estão jurados de morte devido aos conflitos nos assentamentos Massif e fazenda Bordolândia. Um deles, o trabalhador João Maffei, foi assassinado no dia 29 de dezembro de 2006.

"Quando as autoridades tomarão uma atitude? Será que vamos todos morrer?", perguntou Manoel Ferreira dos Santos. Na carta, ele dá o nome do pistoleiro que pretende matá-lo, conhecido como Demá, conta que sua casa é vigiada e diz que já denunciou o caso ao ouvidor do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Gercindo Filho. O Incra encaminhou o pedido à Secretaria de Segurança Pública de Mato Grosso, mas até o momento nada foi feito.

Esse não é um caso isolado. Na sexta-feira (14), em Porto dos Gaúchos (MT), o sindicalista Décio Vitor Leôncio, 25 anos, foi morto a pauladas dentro da própria casa. Leôncio trabalhava há mais de 5 anos no Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) da cidade. Ele era responsável pelas negociações da desapropriação da Fazenda Mandaguari onde 350 famílias esperam há anos para serem assentadas.

**Descaso** - Para o presidente da Fetagri-MT, Adão da Silva, a morte de Décio já era anunciada. Além dele, outras lideranças do STTR foram ameaçadas de morte. "A presidente do sindicato, Lucinéia Bergamin, não fica mais lá", comentou. Adão conta que vários documentos foram encaminhados, com relatos da situação, às autoridades competentes. "Mandamos por escrito documentos ao Incra e ao Ministério Público Federal do Estado sobre a situação da região, mas nada foi feito". Para Silva, a situação não vai melhorar enquanto o governo federal não tomar uma providência.

"Não pedi proteção até agora porque estou descrente. Não acredito que adiante alguma coisa", desabafou Raimundo Nonato, presidente do sindicato de Porto Acre (AC). Na semana passada, ele foi ameaçado de morte pelo empresário Irani Damian. O empresário comprou uma área da Fazenda Bandeirante destinada à reforma agrária, mas que ainda não foi desapropriada. No momento 300 trabalhadores rurais ocupam a terra. De acordo com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Acre (Fetacre), existem 40 conflitos no estado, ainda sem solução.

O presidente da Contag, Manoel dos Santos, disse que o governo precisa acelerar os processos de desapropriação de terra, pois a morosidade na reforma agrária continua sendo a causa principal dos assassinatos no campo. "O judiciário, o legislativo e a polícia precisam agir de maneira efetiva com relação à reforma agrária e à violência no campo, combater os crimes que assolam principalmente a região norte e punir os culpados. Geralmente, não é isso que acontece".

O relatório anual da Comissão Pastoral da Terra (CPT) apontou que, no ano de 2006, 40 pessoas morreram no meio rural, entre crianças, adultos e idosos, devido a conflitos agrários. Dados parciais da mesma entidade apontam 17 mortes de janeiro de 2007 até agosto. Emmanuelle Nunes - Agência Contag de Notícias

**Polícia do RS pede ao Ministério Público fim de marcha do MST** – Simone Iglesias –  
Folha de São Paulo – Brasil – 20/09/2007

O subcomandante-geral da Brigada Militar no Rio Grande do Sul, coronel Paulo Roberto Mendes, disse que encaminhará amanhã ao Ministério Público Estadual um relatório pedindo o fim da marcha do MST que está acontecendo há dez dias em várias cidades e rodovias.

Sem-terra deixaram seus assentamentos para caminhar até Coqueiros do Sul (314 km de Porto Alegre), cidade onde está a fazenda Guerra, cuja desapropriação vem sendo pedida pelo movimento há quatro anos. A previsão do MST é chegar ao local no fim deste mês. A estimativa da polícia é de que serão 3 mil pessoas.

"Estou fazendo este pedido para que a marcha seja parada pela força da lei, antes que seja parada pela força da bala", disse Mendes, que afirmou que, pelo segundo dia consecutivo, a Brigada Militar interveio em brigas de sem-terra e ruralistas, o que se repete durante a marcha.

**Ministério suspende fiscalizações de trabalho escravo** - Leonardo Sakamoto - Da  
Repórter Brasil – 21/09/2007

Senadores desqualificaram ação que libertou mais de mil pessoas no Pará. Em resposta, ministério suspende atividades e alerta para falta de segurança a auditores. Ministério Público Federal ajuiza ação penal contra os fazendeiros.

SÃO PAULO - A Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) informou, nesta sexta-feira (21), que suspendeu todas as novas operações que fiscalizariam denúncias de trabalho escravo no país por tempo indeterminado.

De acordo com memorando de Ruth Vilela, chefe da secretaria, direcionado ao ministro do Trabalho Carlos Lupi, o motivo foi a desqualificação de uma operação de libertação de escravos por uma Comissão Temporária Externa do Senado Federal e ameaças feitas por esta comissão contra os fiscais do trabalho. Nesta quinta-feira (20), cinco senadores visitaram a fazenda Pagrisa, localizada em Ulianópolis (PA), que no dia 30 de junho foi palco da maior libertação de trabalhadores da história do país. O todo, 1.064 trabalhadores que atuavam na lavoura de cana-de-açúcar foram resgatados pelo grupo móvel de fiscalização - formado por auditores fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), procuradores do Ministério Público do Trabalho e delegados e agentes da Polícia Federal.

A visita parlamentar contou com a presença dos senadores Romeu Tuma (DEM-SP), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Kátia Abreu (DEM-TO), Cícero Lucena (PSDB-PB) e



Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE). Eles anunciaram que irão pedir a abertura de inquérito da Polícia Federal para verificar os procedimentos adotados pelo grupo móvel durante a autuação da Pagrisa. Segundo a Agência Senado, Kátia Abreu afirmou que a empresa "é muito bem administrada e forma uma comunidade de trabalhadores rurais", explicando o porquê de uma investigação aprofundada sobre o grupo móvel. A senadora é uma das maiores opositoras do combate ao trabalho escravo contemporâneo. Quando deputada federal, defendeu os produtores rurais flagrados cometendo este tipo de crime e atuou contra a aprovação de leis que contribuiriam com a erradicação dessa prática.

De acordo com a Secretaria de Inspeção do Trabalho do MTE, a visita dos senadores, que atacaram veementemente a fiscalização, instalou um clima de insegurança que colocou em risco a continuidade das operações. Vale lembrar que os auditores fiscais do trabalho que atuam na zona rural têm sido vítimas de violência por parte de fazendeiros descontentes com as autuações. O caso mais famoso foi a chacina de três auditores e um motorista do MTE no dia 28 de janeiro de 2004, em Unaí (MG), durante uma fiscalização de rotina. Mas não é o único: em 8 de fevereiro do ano passado, o grupo móvel foi recebido a balas por fazendeiros, apoiados por policiais militares, em Nova Lacerda (MT). Ameaças contra o grupo já eram uma constante antes das declarações dos senadores.

Os grupos móveis de fiscalização foram criados em 1995, quando o Brasil reconheceu formalmente a existência de trabalho escravo contemporâneo em seu território. Desde então, essas equipes libertaram cerca de 26 mil pessoas, alçando o país a exemplo internacional no combate a esse crime, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho. A suspensão das atividades devido à insegurança institucional gerada ao ataque público de um dos Três Poderes pode abalar a reputação do país no exterior, uma vez que o Brasil não conseguirá cumprir os compromissos assumidos dentro e fora do Brasil, de erradicar completamente a escravidão, sem o seu principal instrumento de combate à escravidão.

O MTE está consultando a Advocacia Geral da União sobre as medidas que deve tomar com relação às ações do Senado.

Em ofício destinado ao MTE, o subprocurador-geral do Trabalho e coordenador nacional de combate ao trabalho escravo do Ministério Público do Trabalho, Luiz Antônio Camargo, endossou o relatório elaborado pelo coordenador da ação Humberto Célio Pereira sobre a ação na Pagrisa. A Polícia Federal enviou um documento semelhante, citando o desacordo com as leis trabalhistas em vigor e a pressão que o grupo móvel sofreu durante a fiscalização na fazenda.

O Ministério Público Federal no Pará ajuizou, nesta sexta-feira (21), ação penal por trabalho escravo contra Murilo Vilella Zancaner, Fernão Villela Zancaner e Marcos Villela Zancaner, proprietários da Pagrisa por causa da ação de libertação dos trabalhadores. Eles são acusados de frustrar, mediante fraude ou violência, direito assegurado pela legislação do trabalho (artigo 203 do Código Penal), expor a vida ou a saúde de outrem a perigo direto e iminente (artigo 132) e reduzir alguém a condição análoga à de escravo (artigo 149).

De acordo com a assessoria do MPF, a gravidade dos crimes cometidos pelos irmãos Zancaner justifica a aplicação da pena máxima de 15 anos de prisão. O relatório do grupo móvel de fiscalização foi analisado por seis procuradores da República, que consideraram fortes as provas de "condições degradantes de trabalho e moradia, infligidas coletivamente aos trabalhadores braçais nas plantações de cana de açúcar". A empresa também é acusada de forçar os trabalhadores a jornadas exaustivas de até 14 horas de trabalho, sem pagamento de horas extras, já que o ponto de saída e entrada era assinado ao mesmo tempo pelos fiscais da empresa.

O MPF concluiu, com base nas provas e no relatório, que os irmãos Zancaner, "dotados de vontade livre e consciente, reduziram os 1064 trabalhadores a condição análoga à de escravo, submetendo-os a trabalhos forçados, a jornada exaustiva e cerceando a liberdade de locomoção desses trabalhadores, por meio da dificuldade de saída da fazenda, pela parca percepção de vencimentos, atrelada à cobrança excessiva pelos medicamentos e à cobrança de transporte para a cidade". A ação tramita na vara federal de Castanhal com o número 2007.39.04.000812-4.

**Legislativo contra Executivo** - A Comissão Externa foi criada a partir de um requerimento do senador Flexa Ribeiro. José Nery (PSol-PA) chegou a propor que a visita contasse também com a presença de membros da Comissão Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae), mas a proposição não foi aprovada pelos seus pares. A Comissão só contou com parlamentares favoráveis à Pagrisa.

"A demissão em massa dos empregados vem ocasionando manifestações discordantes do procedimento empregado pela fiscalização, especialmente de entidades civis, líderes locais e da população do município, apreensivos com as conseqüências da demissão", afirmou na época Flexa Ribeiro.

Desde a megaoperação, o senador vem realizando lobby pela empresa, que cultiva cana-de-açúcar e produz açúcar e etanol. Em reunião no gabinete do ministro Carlos Lupi (PDT), no dia 12 de julho, ele acusou o grupo móvel de fiscalização do MTE de abuso de poder. Também estavam presentes na reunião os deputados Giovanni Queiroz (PDT-PA) e Paulo Rocha (PT-PA), além do presidente da empresa, Marcos Villela Zancaner, do presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará, José Conrado, e do presidente da Confederação Nacional da Pesca e Aqüicultura, Fernando Ferreira.

Na ocasião, o ministro Carlos Lupi e a secretária nacional de inspeção do trabalho, Ruth Vilela, ouviram os duros ataques contra o grupo móvel e contra o MTE proferidos pelo senador Flexa Ribeiro. Ele argumentou que a Pagrisa é uma empresa que beneficia 760 mil toneladas de cana, produz 50 milhões de litros de álcool, tem 1.800 funcionários com carteira assinada, todos eles com moradia - com água encanada, energia elétrica e saneamento básico -, atendimento médico gratuito, plano de saúde subsidiado em 50%, alimentação subsidiada dentro dos limites da lei.

Humberto Célio Pereira, coordenador da ação de libertação, tem sido um dos mais atacados por senadores que defendem a empresa. Mas ele mantém o que foi escrito em seu relatório de fiscalização: a situação era degradante, com trabalhadores que não ganhavam

salários, já que os descontos ilegais realizados pela empresa consumiam quase tudo o que havia para receber. A comida fornecida estava estragada e havia várias pessoas sofrendo de náuseas e diarreia. A água para beber, segundo relato dos empregados na fazenda, era a mesma utilizada na irrigação da cana e, de tão suja, parecia caldo de feijão. O alojamento, de acordo com Humberto, estava superlotado (não havia espaço para todos) e o esgoto corria a céu aberto. Vindos em sua maioria do Maranhão e do Piauí, os trabalhadores não tinham transporte à disposição para levá-los da fazenda ao centro de Ulianópolis, distante 40 quilômetros.

A Petrobras e a Ipiranga, entre outras distribuidoras de combustíveis signatárias do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, afirmaram que estão deixando de comercializar com a empresa até que seja regularizada sua situação trabalhista. E aí está a provável razão para o desespero dos proprietários da usina e de seus representantes políticos no Congresso.

O ministro Carlos Lupi defendeu a operação de fiscalização na Pagrisa em reunião da Conatrae, no dia 31 de julho, quando os ministérios, demais órgãos públicos e organizações da sociedade civil que compõem a comissão divulgaram uma nota pública reafirmando o apoio às ações do grupo móvel e criticaram as pressões sobre o combate ao trabalho escravo.

Por diversas vezes, houve tentativas de interferência política no trabalho do grupo móvel, principalmente quando os proprietários das fazendas eram políticos ou empresários importantes. Um exemplo foi o caso do segundo secretário da Câmara dos Deputados Inocêncio Oliveira (PR-PE), de cuja fazenda foram libertados 53 trabalhadores no Maranhão em 2002. Na época, houve tentativas para se abafar o caso, mas o governo federal manteve a fiscalização. Da mesma forma, o MTE e empresas socialmente responsáveis sofreram pressão de deputados federais, inclusive do então presidente da Câmara dos Deputados Severino Cavalcanti, devido à operação de fiscalização que libertou 1003 pessoas da Destilaria Gameleira, em Confresa (MT), em junho de 2005. Na época, o ministro Ricardo Berzoini chegou a expulsar representantes da empresa que vieram pressioná-lo em seu gabinete.

**Mudanças trabalhistas** - Políticos que apóiam a Pagrisa têm reclamado de que as fiscalizações rurais são feitas de surpresa, não dando tempo para os proprietários se prepararem para receber o grupo móvel.

Essa foi exatamente uma das razões que levou ao MTE a criar uma equipe que respondesse diretamente a Brasília, sem sofrer interferências políticas e econômicas regionais. Antes do grupo móvel, era comum a informação sobre a fiscalização vazar, dando tempo para o fazendeiro esconder os trabalhadores e maquiagem a situação.

No memorando que suspende as fiscalizações, a Secretaria de Inspeção do Ministério do Trabalho e Emprego fala da necessidade de que as diligências para verificação de denúncias sejam in loco e sem agendamento prévio, garantindo o flagrante das condições degradantes quando elas existem.

De acordo com o Diário do Pará, Jarbas Vasconcelos e Kátia Abreu sinalizaram durante a visita que podem propor mudanças na legislação sobre o tema.

Fazendeiros têm pressionado para tirar poderes da fiscalização rural. A última tentativa nesse sentido havia sido a de aprovar uma lei (a emenda 3 ao projeto que criou a Super Receita) que previa que os auditores fiscais não teriam poder para reconhecer vínculos empregatícios no caso de contratos de pessoas jurídicas, ficando esse dever a cargo da Justiça. Na prática, isso tirava os poderes da fiscalização, haja vista que há muitos fazendeiros que montam uma empresa de fachada para o seu contratador de mão-de-obra empregar safristas. Dessa forma, ele se livra dos direitos trabalhistas que também nunca serão pagos pelo contratador - boa parte das vezes tão pobre quanto os peões. O Congresso aprovou, Lula vetou e os trabalhadores foram às ruas para apoiar o veto.

Com as boas condições mostradas à mídia, os senadores voltam à Brasília com um fato político construído. Entidades da Conatrae já apontavam que a visita seria desdobrada na tentativa de implantação de medidas que restringissem a fiscalização rural.

O aumento do interesse mundial por biocombustíveis e a grande demanda por outras commodities, como carne bovina, faz com que o governo e parte do empresariado e até dos trabalhadores mirem nos ganhos econômicos que isso vai trazer. O resultado disso é que criticar os impactos sociais, ambientais, fundiários e trabalhistas da cana hoje tem sido visto como um entrave ao crescimento.

Está previsto para o dia 5 de outubro uma audiência pública na Comissão Permanente de Biocombustíveis no Senado para discutir o caso Pagrisa, solicitada por Kátia Abreu. Entidades que apóiam a empresa e o proprietário da Pagrisa foram convidados. Do lado da fiscalização, apenas o coordenador da operação Humberto Pereira recebeu convite. Para que haja maior equilíbrio entre os convidados, os senadores José Nery e Paulo Paim (PT-RS) solicitaram que fossem convidadas sete organizações que atuam no combate à escravidão e acompanharam o caso de perto, como o Ministério Público do Trabalho e a Organização Internacional do Trabalho. O pedido ainda não foi votado.

**Agricultor diz que foi a Brasília para "salvar Bahia" da corrupção** – Folha de São Paulo – Brasil – 22/09/2007

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA - Um dia depois de ter saído algemado do Palácio do Planalto após uma frustrada tentativa de invasão, o agricultor Ângelo de Jesus, 37, foi recebido ontem pelo chefe-de-gabinete do presidente Lula, Gilberto Carvalho. Visitou a sala onde trabalha o presidente, tirou fotos e ganhou dinheiro para voltar de ônibus a Pindobaçu, cidade onde mora, na Bahia.

O dinheiro foi coletado numa "vaquinha" entre funcionários do gabinete, informou a Presidência. Lula estava no interior do Amazonas.

Ângelo disse ter vindo a Brasília para "salvar a Bahia" e denunciar a corrupção de prefeitos. "Queria reclamar [ao presidente] para ele fiscalizar mais a Bahia". Ele vestia jeans, camiseta e chinelos. Usava uma tipóia porque tem um problema no braço -sofre de hanseníase. Ângelo disse ter passado quatro dias sem comer na jornada, de carona, que o trouxe até Brasília. "Valeu a pena, graças a Deus", disse, ressaltando: "Sei que ele [Lula] vai entender".

O agricultor não recebe verba de programas sociais do governo. Ontem, a Presidência ficou com sua documentação para ver se pode enquadrá-lo entre os portadores de hanseníase beneficiários de ação do governo. Ao deixar o Planalto, ele pediu desculpas aos segurancas pela atitude da véspera.

### **Fantasmas do sertão** - Letícia Lins – O Globo – Ciência – 22/09/2007

Pesquisador encontra nas vidas dos seguidores de Antônio Conselheiro retratos ainda reais do Brasil

Cento e dez anos após a destruição de Canudos, histórias dos cerca de 30 mil moradores da comunidade no sertão baiano liderada por Antônio Conselheiro g a nham uma nova análise, que contesta visões cristalizadas por “Os sertões”, de Euclides da Cunha.

Para o historiador Frederico Pernambucano de Mello, autor de “A guerra total de Canudos” (Ed. A Girafa), Canudos representou mais do que um movimento de jagunços e fanáticos, mas um retrato do Brasil, uma manifestação em que se observava o catolicismo popular, o misticismo, a socialização dos meios de produção e consumo, e até mesmo a introdução de novos negócios no semiárido, onde ainda hoje impera a lavoura de subsistência entre os pequenos agricultores.

— Sem dúvida, Canudos revelou um retrato do Brasil. E os aspectos, digamos perigosos, lá encontrados, são os potencialmente presentes ainda hoje no quadro social brasileiro, de forma mais difusa. Esses são alguns dos motivos pelos quais aquele episódio de nossa história pode nos fornecer tantas lições para o presente — afirma Pernambucano de Mello, da Fundação Joaquim Nabuco.

Segundo ele, o livro tenta romper com a monumentalidade da obra de Euclides da Cunha.

— A moldura monumental que ele colocou na guerra a afastou de nós. Minha preocupação foi romper com essa moldura e baixar a guerra à dimensão que ela teve naquele momento. Já dizia Gilberto Freyre que a grande história não é só a da política e da diplomacia, da guerra e dos tratados — diz o autor.

Por isso, o livro vai além da historiografia oficial e busca retratar o jagunço, a dona de casa, o lavrador, o curtidor de couro.

Mostra os hábitos alimentares e até mesmo a natureza dos trajes dos jagunços, tanto em tempos de paz, quanto de guerra. Pernambucano de Mello tenta desfazer a idéia de que o líder de Canudos, Antônio Conselheiro, era um psicopata.

E diz que o arraial começava a se expandir quando foi destruído, em 1897.

Os habitantes de Canudos criavam gado, cultivavam milho, mandioca, batata doce, abóbora, melancia, coco e cana-deaçúcar, com moendas para fabrico de rapadura.

O algodão bruto era fiado, e a flora sertaneja os socorria durante as secas.

O historiador diz que diferentemente do que ocorre ainda hoje no sertão, onde os pequenos agricultores continuam insistindo nas lavouras individuais de subsistência, os seguidores de Antônio Conselheiro pensaram mais longe, com a introdução da curtição de couro.

— Canudos apresentava uma disposição espacial que permitia que se tivesse ali alguns estabelecimentos de venda, prensagem, curtição de couro. Há depoimentos que afirmam que foram encontrados grandes armazéns, balanças, balcões, que nos induzem a pensar que Canudos estava saindo da economia de subsistência para uma até de exportação, limitada a couros que eram comprados para venda no estrangeiro — afirma Pernambucano de Mello.

Não só no cotidiano dos tempos de paz, mas também de guerra, o escritor mostra um outro lado dos homens que estiveram em Canudos, tanto dos jagunços quanto dos militares: o romântico.

Fala da desilusão amorosa de Conselheiro. E também das festas que ocorriam em Recife para assinalar a partida dos soldados para o front.

Pernambucano de Mello também aborda a correspondência de um dos comandantes das tropas oficiais, o general Artur Oscar, que não dava um passo sem avisar, via telégrafo, a sua mulher, Maria Helena, em cuja residência os repórteres davam plantão em Recife.

— Me pareceu interessante assinalar esse fato, porque os repórteres do “Diário de Pernambuco” muitas vezes abasteciam o noticiário não com as notícias oficiais, mas dessa fonte romântica. Ou seja, por trás do comandante supremo estava um indivíduo igual a nós, romântico, passível de paixões — diz.

O pesquisador também lembra a figura do general Dantas Barreto, combatente em Canudos, praticamente esquecido e, de acordo com ele, “o homem que mais escreveu sobre a Guerra de Canudos”. O escritor acredita, inclusive, que ele entendeu melhor quem foi Antônio Conselheiro do que Euclides da Cunha.

## **CPT divulga Nota Pública denunciando a pressão do agronegócio contra o Grupo Móvel - Sítio Eletrônico da CPT – 25/09/2007**

A Comissão Pastoral da Terra divulgou uma Nota Pública, no dia 24 de setembro, relatando o anúncio da Secretaria de Inspeção do Trabalho de suspensão, por prazo indeterminado, de todas as fiscalizações de denúncias de trabalho escravo no país. A CPT afirma, ainda, que essa flexibilização no combate ao trabalho escravo atende à pressão do agronegócio.

**Leia a Nota na íntegra:**

### **NOTA PÚBLICA**

#### **Agronegócio tenta flexibilizar combate ao trabalho escravo**

A Secretaria de Inspeção do Trabalho anunciou no último dia 20 a suspensão por prazo indeterminado de todas as fiscalizações de denúncias de trabalho escravo no país. Esta decisão visa resguardar a segurança dos funcionários integrantes do Grupo Móvel frente às ingerências sofridas no exercício do seu papel legal, especialmente a partir da fiscalização da Usina Pagrisa, no Pará, realizada no final de junho, resultando na retirada de 1.064 cortadores de cana.

O corte imediato das compras de etanol da Pagrisa pelas distribuidoras de combustível despertou sucessivas manifestações de desespero nos setores ligados à bancada ruralista do Senado Federal: pressões diretas sobre os integrantes do Grupo Móvel, no dia mesmo da fiscalização, visando paralisá-la; audiência conturbada, em seguida, no gabinete do ministro do trabalho, com ataques virulentos contra a Dra. Ruth Vilela, secretária da fiscalização do MTE; aprovação de requerimentos no Senado organizando a visita in loco de uma comissão de senadores e programação de uma audiência, a pedido da senadora Kátia Abreu, para inquirir o coordenador da operação de fiscalização na Pagrisa, Humberto Célio, intimado a comparecer sozinho em meio a 'leões' todos declaradamente hostis ao princípio mesmo da fiscalização.

Em função disso, a Comissão Pastoral da Terra, em acordo com seus principais parceiros, está solicitando a convocação extraordinária da CONATRAE, Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo.

Simbolicamente escolhido na hora em que as oportunidades abertas no mercado mundial para o etanol brasileiro parecem sem limites, o caso Pagrisa se tornou a bola da vez para os detratores do combate ao trabalho escravo, empenhados há tempo numa queda de braços com o Governo Federal visando acabar de vez com o poder de fogo da fiscalização do trabalho escravo nas terras do agronegócio e desqualificar a política nacional de erradicação em vigor no país desde 2003.

O ministro do trabalho, Carlos Lupi, defendeu abertamente a operação de fiscalização na Pagrisa em reunião da Conatrae, no dia 31 de julho, quando todos os integrantes da Comissão – com exceção da CNA - aprovaram uma nota pública de apoio às ações do grupo móvel. Também endossaram o relatório da fiscalização produzido pelo Grupo Móvel a Coordenação Nacional do Combate ao Trabalho Escravo do Ministério Público do Trabalho (CONAETE) e a Polícia Federal. Por sua vez, o Ministério Público Federal no Pará ajuizou ação penal por trabalho escravo contra os proprietários da Pagrisa.

Como era de se prever, o resultado da visita da comissão do Senado ao local, dois meses e meio após o ocorrido só podia revelar um cenário de relações trabalhistas idílicas e resultar em mais um *round* de deboche contra a atuação dos fiscais. O cúmulo é o requerimento apresentado pelos senadores à Polícia Federal para instauração de inquérito contra os fiscais visando apurar vários crimes, tais como abuso de poder e falsidade ideológica.

A crise atual é deliberadamente provocada por setores que não pouparam esforços para desacreditar e derrotar a política nacional de combate ao trabalho escravo (Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra a 'Lista Suja' dos proprietários flagrados com escravos; bloqueio de mais de 12 anos contra a aprovação da PEC do confisco das terras onde for constatada a prática da escravidão) e que hoje confirmam seu intento de aprovar 'possíveis mudanças na legislação que dispõe sobre trabalho em condições degradantes', ou seja: apresentar novos projetos visando enfraquecer o combate ao trabalho escravo. O auge do enfrentamento ocorre exatamente no momento em que vários estados, também interessados em se livrar da mancha vergonhosa da escravidão moderna associada à sua principal pauta de exportação, têm anunciado planos para se juntarem à política federal de combate ao trabalho escravo e, com ela, somar forças (Maranhão, Tocantins, Bahia, Pará, Piauí e até Mato Grosso).

A Comissão Pastoral da Terra recusa a opção enganosa imaginada pelos detratores do combate ao trabalho escravo entre produzir a contento e garantir a dignidade do trabalho, e denuncia sua perversa manobra.

O momento atual é decisivo para a definição dos rumos a serem seguidos daqui para frente:

- Será que, em nome dos imediatos interesses mercantis do crescimento do agronegócio, tudo deve ser permitido e o combate à escravidão também 'flexibilizado'?

- Ou será o Brasil capaz de fazer das oportunidades que se lhe apresentam hoje no mercado mundial a ocasião para corrigir de vez as conhecidas mazelas de um modelo de desenvolvimento incompatível com as universais exigências de dignidade no plano do trabalho e de sustentabilidade no plano ambiental?

Goiânia, 24 de setembro de 2007

Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra

Coordenação da Campanha da CPT contra o Trabalho Escravo

**Informações à imprensa:**

frei Xavier Plassat – (63) 3412-3200

José Batista – (94) 3321-1461 / 3321-2229

**MST faz atos e ocupações pelo país cobrando reforma agrária e investimento nos assentamentos** – Sítio Eletrônico da CPT – 25/09/2007

No dia 24 de setembro, integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) realizaram atos políticos, manifestações e ocupações em cerca de 10 Estados no país. No Rio de Janeiro, um grupo com 300 famílias ocupou o prédio da superintendência estadual do Incra para cobrar o assentamento das 1.200 famílias acampadas no Estado. Após a ocupação o grupo saiu em marcha rumo ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) onde reivindicaram investimentos nos assentamentos e na agricultura familiar. No Ceará, mais de 1.500 trabalhadores rurais também ocuparam a superintendência estadual do Incra em Fortaleza, para cobrar o assentamento das famílias acampadas, a discussão de um plano de convivência com o semi-árido, investimentos nas áreas de assentamentos e renegociação das dívidas dos trabalhadores rurais.

Já nos Estados de Goiás e Mato Grosso, o MST fez atos em órgãos do Ministério da Fazenda. Cerca de 300 trabalhadores protestaram em frente à Delegacia Estadual do Ministério da Fazenda, em Cuiabá (MT) para cobrar o assentamento das 3.500 famílias acampadas no Estado. O Movimento cobra, ainda, crédito para a construção de casas nos assentamentos, 50 poços artesianos para garantir o abastecimento de água em áreas com escassez, além de cobrar que o governo volte atrás em relação à extinção da Polícia Florestal, responsável pela fiscalização do desmatamento nas florestas. Em Goiás o protesto reuniu 300 trabalhadores sem terra em frente ao prédio da Receita Federal, em Goiânia, que cobraram o assentamento de cerca de quatro mil famílias acampadas no Estado, além de subsídios para habitação rural e garantia do salário maternidade às trabalhadoras rurais. Após o ato, os manifestantes, em audiência com o superintendente do Incra no Estado, além de representante da Caixa Econômica Federal, entregaram uma pauta de reivindicações. As referentes à educação e energia elétrica nas áreas de reforma agrária serão apresentadas ao governo estadual nesta semana.

Em Santa Catarina, 400 trabalhadores ocuparam a sede regional do Incra, em Chapecó, e cerca de 350 montaram vigília em frente à Delegacia Regional do Ministério da Fazenda, em Florianópolis. Uma pauta de reivindicação foi entregue à delegada do



Ministério da Fazenda, que a enviou ao Ministério em Brasília. No Maranhão 400 trabalhadores ocuparam, também, a sede do Incra, em São Luís, exigindo o assentamento imediato das 4.000 famílias que permanecem acampadas no Estado. Em São Paulo, o movimento ocupou o Incra com cerca de 600 trabalhadores vindos de todo o Estado, além de outros 800 que fizeram protesto em frente à Secretaria de Justiça para denunciar o Projeto de Lei apresentado pelo governador José Serra, que legaliza a grilagem de terras na região do Pontal do Paranapanema. No dia 8 de agosto, Dom José Maria Saracho, bispo de Presidente Prudente e responsável pela CPT em São Paulo divulgou um manifesto condenando esse PL proposto pelo governador José Serra.

Em Belo Horizonte, capital mineira, 400 trabalhadores ocuparam o Incra cobrando o assentamento imediato de 3.200 famílias acampadas no Estado. Já em João Pessoa, Paraíba, cerca de 1.000 famílias ocuparam o prédio da Secretaria da Fazenda, para exigir o assentamento das 3.700 famílias acampadas e pedir mudanças na política econômica. Em Alagoas, 2.000 trabalhadores montaram acampamento na Praça Sinimbu, região central de Maceió, exigindo o cumprimento do processo de Reforma Agrária.

**Não à flexibilização do combate ao trabalho escravo no Brasil** - Xavier Plassat, especial para a Repórter Brasil – Sítio Eletrônico da CPT- 25/09/2007

*Após a decisão de suspensão das fiscalizações contra o trabalho escravo tomada dia 21/09/07 pela Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), em decorrência das ações de desqualificação lideradas pela Bancada ruralista do Senado contra a fiscalização da usina Pagrisa, a questão é: deve o Brasil atender às exigências do agronegócio sem nenhum limite?*

Chegou a um ponto crítico a queda de braços travada por expoentes da bancada ruralista visando acabar de vez com o poder de fogo da fiscalização do trabalho escravo nas terras do agronegócio.

O campo escolhido é simbólico: o da produção de etanol. Poderia ter sido o da carne ou da soja - que apresentam novamente perspectivas mundiais euforizantes, ou o do carvão vegetal para a produção do ferro-gusa, também dopado por uma demanda externa explosiva.

Mas, enquanto o presidente Lula percorre continentes oferecendo contratos de fornecimento do novo maná energético, a bancada ruralista quer nos mostrar o setor sucro-alcooleiro como a vítima expiatória de uma fúria anti-brasileira conduzida por elementos irresponsáveis, descontrolados e até criminosos, do Ministério do Trabalho e seus aliados.

O alvo das críticas é a fiscalização da Usina Pagrisa, em Ulianópolis, no Pará, realizada no final de junho passado, quando 1064 cortadores da cana foram retirados por conta das condições degradantes de trabalho às quais eram submetidas. Com o apoio de lideranças paraenses e nacionais, sob o comando do senador Flexa Ribeiro, e ajudado por atitudes equivocadas de lideranças sindicais locais, foi sendo engrossado um movimento de contestação com objetivo evidente. Por novos meios, trata-se de alcançar o que a (vetada) "Emenda 3" não conseguiu viabilizar, meses atrás: o fim da atuação eficiente do grupo móvel de fiscalização do trabalho escravo. Para tal, torna-se necessário fazer do

grupo móvel o vilão de uma farsa onde o produtor rural, provedor de empregos e de divisas, assume o papel do herói injustiçado.

Como relatou Leonardo Sakamoto [aqui mesmo](#), "a Petrobras e a Ipiranga, entre outras distribuidoras de combustíveis signatárias do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, afirmaram que estão deixando de comercializar com a empresa até que seja regularizada sua situação trabalhista. E aí está a provável razão para o desespero dos proprietários da usina e de seus representantes políticos no Congresso".

Ilustração desse desespero são as sucessivas tentativas empreendidas para detonar a fiscalização do Ministério do Trabalho: pressões diretas sobre os integrantes do grupo móvel, na própria Pagrisa, no próprio dia da fiscalização, visando paralisá-la; audiência conturbada, em seguida, no Gabinete do Ministro do Trabalho, com ataques virulentos contra a Dra. Ruth Vilela, Secretária da Fiscalização do MTE; aprovação de requerimentos no Senado organizando a visita *in loco* de uma comissão de senadores - visita realizada neste último dia 20/09 - e programação de uma audiência, a pedido da senadora Kátia Abreu, para inquirir o coordenador da operação de fiscalização na Pagrisa, Humberto Célio, intimado a comparecer sozinho em meio a "leões", todos declaradamente hostis ao princípio mesmo da fiscalização.

É bom que se diga que o Ministro do Trabalho, Carlos Lupi, defendeu abertamente a operação de fiscalização na Pagrisa em reunião da Conatrae, no dia 31 de julho, quando os ministérios, demais órgãos públicos e organizações da sociedade civil que compõem a Comissão divulgaram uma nota pública reafirmando o apoio às ações do grupo móvel e criticaram as pressões sobre o combate ao trabalho escravo. Diz a Nota: [...] "Entre 1995 e julho de 2007, mais de 25 mil pessoas ganharam a liberdade devido à ação dessas equipes. No total, 1.789 propriedades rurais passaram por fiscalização em 568 operações em todo o território nacional. A erradicação do trabalho escravo no Brasil não é uma política de governo, mas de Estado, na sua missão constitucional de efetivação dos direitos humanos. Mais que uma preocupação de um grupo político que está no poder, é uma aspiração de toda a sociedade brasileira. Desde sua criação, o grupo móvel, que verifica denúncias e resgata trabalhadores, é considerado o mais importante executor dessa política. É importante lembrar que suas fiscalizações obedecem à lei e são amplamente documentadas, garantindo plena oportunidade de defesa administrativa e judicial para os empregadores rurais em cujas propriedades se encontre trabalho escravo. Sem os grupos móveis de Fiscalização, a legislação brasileira e as convenções internacionais das quais o Brasil é signatário não teriam sido aplicadas, e milhares de trabalhadores continuariam reduzidos à condição de escravos. Criticar sua atuação neste momento, com base em desinformação, não serve à imagem exemplar conquistada pelo Brasil no combate a esse crime".

Também de acordo com a Repórter Brasil, a Coordenação Nacional do Combate ao Trabalho Escravo do Ministério Público do Trabalho (Conaete) e a Polícia Federal endossaram o relatório da fiscalização produzido pelo grupo móvel. Por sua vez, o Ministério Público Federal no Pará ajuizou ação penal por trabalho escravo contra os proprietários da Pagrisa: são acusados de frustrar, mediante fraude ou violência, direito assegurado pela legislação do trabalho (artigo 203 do Código Penal), expor a vida ou a

saúde de outrem a perigo direto e iminente (artigo 132) e reduzir alguém a condição análoga à de escravo (artigo 149).

O ponto ao qual se chegou agora é crítico: como era de se prever, o resultado da visita senatorial ao local, dois meses e meio após o ocorrido, só podia revelar um cenário de relações trabalhistas idílicas e resultar em mais um *round* de deboche contra a atuação dos fiscais.

O cúmulo é o requerimento apresentado pelos senadores à Polícia Federal para instauração de inquérito contra os fiscais, visando apurar vários crimes, entre eles os de abuso de poder e falsidade ideológica. E a compreensível reação da Secretaria de Fiscalização do Trabalho a essa clara ameaça dirigida à atuação de seus funcionários: a suspensão *sine die* de todas as ações de fiscalização do trabalho escravo no Brasil.

A crise atual é deliberadamente provocada por setores que não pouparam esforços para desacreditar e derrotar a política nacional de combate ao trabalho escravo (Adin contra a "Lista Suja" dos proprietários flagrados com escravos; bloqueio de mais de 12 anos contra a aprovação da PEC do confisco das terras onde for constatada a prática da escravidão) e que hoje confirmam seu intento de aprovar "possíveis mudanças na legislação que dispõe sobre trabalho em condições degradantes" (Kátia Abreu), ou seja: apresentar novos projetos visando enfraquecer o combate ao trabalho escravo. O auge do enfrentamento ocorre exatamente no momento em que vários estados, também interessados em se livrar da mancha vergonhosa da escravidão moderna associada à sua principal pauta de exportação, têm anunciado planos para se juntarem à política federal de combate ao trabalho escravo e, com ela, somar forças, casos de Maranhão, Tocantins, Bahia, Pará, PiauÍ e até Mato Grosso.

Com uma média anual de mais de 100 estabelecimentos denunciados por trabalho escravo e mais de 10.000 trabalhadores libertados da escravidão desde 1995 (sendo 7.000 nos últimos 5 anos: um terço do total nacional), o estado do Pará, como bem reconhece seu atual governo, deveria ser o primeiro a intensificar a vigilância, a prevenção e a repressão a essas práticas.

É hora de denunciar e recusar a opção enganosa imaginada pelos detratores do combate ao trabalho escravo entre produzir a contento e garantir a dignidade do trabalho. O momento atual é decisivo para a definição dos rumos a serem seguidos daqui para frente: ou, em nome dos imediatos interesses mercantis do crescimento do agronegócio, tudo passa a ser permitido e o combate à escravidão também entra na onda da "flexibilização"; ou o Brasil lança mão das oportunidades que se lhe apresentam hoje no mercado mundial para corrigir de vez as conhecidas mazelas do seu modelo de desenvolvimento, buscando compatibilizá-lo com as universais exigências de dignidade no plano do trabalho e de sustentabilidade no plano ambiental. \* *Xavier Plassat é frei dominicano e membro da Coordenação Nacional da Campanha de Combate ao Trabalho Escravo da Comissão Pastoral da Terra (CPT)*

**MST invade e faz ações em 10 Estados** - Roldão Arruda, Talita Figueiredo, Eduardo Kattah e Chico Siqueira – Estado de São Paulo – Nacional – 25/09/2007

Na 3.<sup>a</sup> jornada nacional deste ano, movimento ocupa sedes regionais do Incra e faz protesto diante do BNDES

O Movimento dos Sem-Terra (MST) deu início ontem a uma nova jornada nacional de lutas pela reforma agrária, com manifestações em dez Estados. Os militantes, mobilizados em acampamentos e assentamentos, ocuparam as sedes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Belo Horizonte, São Paulo, São Luís, Fortaleza e Rio. Também fizeram manifestações diante de órgãos do Ministério da Fazenda. No Rio, 400 sem-terra montaram acampamento na frente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para protestar contra os empréstimos para o agronegócio.

A jornada - com duração prevista até o fim da semana - é a terceira do MST este ano. A primeira foi em abril, quando sem-terra ocuparam 81 fazendas em 21 Estados e paralisaram 25 praças de pedágio. A segunda, em julho, alcançou 10 Estados. Este ano, o MST também fez um congresso nacional em Brasília, com 18 mil pessoas, em julho; associou-se à CUT para protestos contra mudança na legislação trabalhista em maio; ajudou a Via Campesina a ocupar sedes de multinacionais em março, e engrossou manifestações estudantis em agosto.

“A reforma agrária parou no País”, disse José Batista de Oliveira, da direção do MST. “Existem 150 mil famílias em nossos acampamentos. Muitas estão debaixo da lona há mais de sete anos. A prioridade deste governo não é o assentamento de famílias pobres, mas o incentivo aos empresários do agronegócio.” Em Brasília, a direção do Incra não se manifestou sobre as ações do MST. Depois da greve de quase dois meses de seus funcionários, dificilmente cumprirá a meta oficial de assentar 100 mil famílias até o fim do ano. “É provável até que não consiga gastar o pouco que o Orçamento da União destinou para a reforma agrária”, disse Oliveira.

**ENFRENTAMENTO** - Em São Paulo, a jornada teve até início de confronto. De manhã, 300 sem-terra desembarcaram no Pátio do Colégio e tentaram invadir o histórico edifício, onde funciona a Secretaria de Justiça. Foram impedidos pela Polícia Militar e passaram o dia acampados diante do prédio. Eles distribuíram nota ligando o episódio à invasão da Faculdade do Largo São Francisco no mês passado - que terminou com sua expulsão por policiais. Para o MST, são “atitudes arbitrárias” do governo José Serra “em relação ao trabalhadores”. A PM informou que não houve conflito nem violência.

Em Andradina (SP), 250 famílias ocuparam a agência da Caixa Econômica Federal e o Incra. Elas reivindicam verbas para construção e reforma de casas nos assentamentos.

Em Belo Horizonte, 200 sem-terra paralisaram as atividades do Incra. Em João Pessoa, militantes ocuparam a Secretaria da Fazenda. Em Maceió, famílias montaram acampamento no centro. Houve ações também em Mato Grosso, Goiás e Santa Catarina.

## **MST faz invasões em 11 estados por assentamento** – O Globo – O País – 25/09/2007

Movimento ocupa sedes do Incra e organiza atos diante de órgãos do Ministério da Fazenda pedindo reforma agrária Aduari Antunes Barbosa

SÃO PAULO. A Jornada Nacional de Lutas do MST fez ontem invasões e mobilizações em 11 estados. O movimento ocupou superintendências do Incra em seis estados (Rio de Janeiro, São Paulo, Minas, Maranhão, Santa Catarina e Ceará) e fez atos de protesto em frente à sede do BNDES, no Rio, e em órgãos ligados ao Ministério da Fazenda em Goiás, Paraíba, Mato Grosso e Rio Grande do Sul.

A principal reivindicação é assentar as 150 mil famílias acampadas em todo o país e protestar contra a lentidão da reforma agrária, que não avança, segundo o MST.

— A reforma agrária está parada em todo o país — afirmou Vanderlei Martini, da coordenação nacional do MST.

O movimento ainda acusa o governo de abandonar a agricultura familiar. Para a safra 2006/2007, segundo o MST, foram repassados R\$ 50 bilhões para os grandes produtores do agronegócio, enquanto apenas R\$ 10 bilhões teriam ficado disponíveis para pequenos agricultores.

Em São Paulo, cerca de 500 trabalhadores rurais fizeram protesto em frente à Secretaria de Justiça contra o projeto que legaliza a grilagem de terras na região do Pontal do Paranapanema.

Uma comissão dos semterra, acompanhada por deputados, foi recebida pelo secretário Luiz Antonio Marrey, que ouviu as reivindicações do MST.

Do lado de fora, onde o grupo esperava, houve tensão quando um policial militar mandou os manifestantes saírem da rua em frente à secretaria, no Pátio do Colégio, Centro de São Paulo. Na rua, praticamente sem tráfego de carros, os sem-terra gritavam palavras de ordem contra o governo estadual.

### Justiça abre ação no Pará

BRASÍLIA. A Justiça Federal do Pará abriu processo contra os donos da Fazenda Pagrisa, onde fiscais encontraram 1.064 pessoas trabalhando em regime análogo ao de escravo. Semana passada, um grupo de senadores esteve na fazenda para dar apoio aos donos.

## **Incra publica norma para atender famílias atingidas por barragens** – Sítio Eletrônico do MDA - 25/09/2007

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) aprovou Instrução Normativa (IN) regulamentando os procedimentos administrativos e operacionais para inclusão, no Programa Nacional de Reforma Agrária, por meio de reconhecimento em Projeto de Reassentamento de Barragem (PRB), dos agricultores reassentados em função da construção de barragens hidroelétricas.

Esses assentamentos abrigam famílias que foram atingidas pela construção de hidroelétricas e, por isso, tiveram de ser remanejadas para Projetos de Assentamentos rurais promovidos pelas empresas detentoras de concessão pública para a implantação desses empreendimentos. Com o reconhecimento pelo Incra, as famílias ficam também habilitadas

a acessar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), na modalidade A.

O texto da IN nº 42 foi publicado na edição da última sexta-feira (21) do Diário Oficial da União e apresenta os detalhes e o fluxo de procedimentos, incluindo o cadastramento e seleção das unidades familiares para o reconhecimento de PRB.

**Interministerial** - A IN aprovada pelo Inca integra um contexto maior de discussões a respeito do tema, iniciadas em outubro de 2003, quando a Presidência da República criou um Grupo de Trabalho Interministerial coordenado pela Casa Civil. O objetivo do Grupo era analisar e encaminhar propostas referentes às demandas apresentadas pela sociedade civil organizada, representativa dos atingidos por barragens.

Em 2004, o Inca criou Grupo de Trabalho para apresentar a proposta de enquadramento da população atingida por barragens ao Plano Nacional de Reforma Agrária. A ação resultou na publicação da Portaria nº 687/2004 que autorizava o Inca a publicar atos normativos e realizar modificações necessárias para o enquadramento de famílias atingidas pela construção de barragens.

Em 2005, por meio da referida Portaria, a Superintendência Regional do Inca em Minas Gerais reconheceu 873 famílias de reassentamento de atingidos por barragens. Em 2006, o Conselho Monetário Nacional incluiu, entre os beneficiários do Pronaf A, os agricultores reassentados em função da construção de barragens, desde que os mesmos tivessem licença ambiental emitida antes de 31 de dezembro de 2002. Ainda em 2006, com o objetivo de analisar as demandas da área, o Inca participou de reuniões com empresas ligadas ao setor elétrico, com o Comitê de Gestão Integrada de Empreendimentos de Geração do Setor Elétrico (CGISE) do Ministério de Minas Energia (MME) e Casa Civil, além do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

Em abril de 2007, a Presidência do Inca criou o Grupo de Trabalho, integrando seis Superintendências Regionais, a Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento e a Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento, para dar continuidade às atividades operacionais, cujas propostas culminaram nesta Instrução Normativa.

Com a publicação da IN, o Inca dará início, ainda em 2007, juntamente com o CGISE do MME/Casa Civil, às ações de reconhecimento de aproximadamente 17 mil famílias, abrangendo os seguintes estados: Rondônia, Pará, Bahia, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Tocantins, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

### **Fiscalização do trabalho escravo é suspensa – Sítio Eletrônico do MST – 25/09/2007**

A Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego suspendeu por tempo indeterminado as ações do Grupo Especial de Fiscalização Móvel, criado em 1995 para combater o trabalho escravo no país. A decisão foi comunicada ao ministro Carlos Lupi por meio de memorando encaminhado pela secretária Ruth Vilela, responsável pelas ações e sob o argumento de que haveria “interferências políticas”.

No documento, Vilela explica que a decisão foi tomada após "recente desqualificação" feita pela Comissão Temporária Externa do Senado sobre a existência de trabalho escravo apurada pelo ministério em uma fazenda da empresa Pará Pastoril Agrícola (Pagrisa), situada no município de Ulianópolis, no Pará. No texto, a secretária também menciona "a insegurança que se projetou sobre as ações desenvolvidas pelo ministério" com o objetivo de erradicar o trabalho escravo no Brasil.

Durante a fiscalização na fazenda da Pagrisa, realizada no início de julho, foram encontrados 1.108 trabalhadores em situação análoga à escravidão no local. A comissão externa a que se refere a secretária foi instalada em 4 de setembro, por requerimento do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), para investigar as denúncias de trabalho escravo contra a empresa. Na última quinta-feira (21) uma comitiva de senadores esteve na fazenda, chefiados pelo presidente da comissão, Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), e pela relatora, Kátia Abreu (DEM-TO).

No documento encaminhado ao ministro, Vilela critica a interferência dos senadores. Segundo ela, a suspensão das ações do grupo móvel se justifica pela necessidade de assegurar aos auditores-fiscais do trabalho um mínimo de segurança e condições de trabalho para o correto exercício de suas atribuições, "livres da ingerência de fatores estranhos à ação administrativa".

À época da ação, a BR Distribuidora, empresa subsidiária da Petrobras, anunciou a suspensão da compra de álcool combustível da empresa Pagrisa, do grupo Pará Pastoril Agrícola S. A. A assessoria de Jarbas Vasconcelos destaca, por meio de nota, que a visita à fazenda da Pagrisa teve o objetivo de averiguar denúncias "de que excessos foram cometidos na operação fiscalizadora". Mas ressalta que, "de maneira alguma", o trabalho da comissão reduz a importância da atuação do grupo móvel, "essencial para coibir e reprimir abusos contra as normas da Organização Internacional do Trabalho.

Na nota, a assessoria afirma que cabe à comissão analisar todos os fatos com isenção e se posicionar apenas ao final das averiguações, "confirmando ou não eventuais excessos".

Ricardo Young, presidente do Instituto Ethos, e Oded Grajew, presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Ethos (São Paulo, SP), publicam no jornal Folha de S. Paulo, 25-09-2007, a seguinte carta, comentando a decisão do Ministério do Trabalho de interromper as ações de fiscalização e repressão ao trabalho escravo.

Eis a carta.

"A decisão do Ministério do Trabalho de interromper as ações de fiscalização e repressão ao trabalho escravo por falta de condições de trabalho e segurança dos agentes do Estado abre um gravíssimo precedente na defesa dos direitos humanos no Brasil.

A pressão política exercida por um grupo de senadores coloca o Brasil em posição vergonhosa perante os compromissos assumidos com a comunidade internacional enquanto país signatário das convenções da OIT( Organização Internacional do Trabalho).

Milhares de trabalhadores foram libertados nos últimos anos pela ação dos grupos móveis de fiscalização do governo federal.

A partir de agora, quem estará às portas de centenas de fazendas onde pobres trabalhadores nordestinos ainda vivem e trabalham em condições subumanas e privados da liberdade? Quem responderá e investigará as denúncias de existência de trabalho escravo que chegam diariamente ao MTE?

Os senadores da comissão, aqueles mesmos que absolveram Renan Calheiros?"

### **MST faz mobilização em 15 estados por Reforma Agrária – Sítio Eletrônico do MST – 25/09/2007**

A jornada nacional de lutas do MST seguiu nesta terça-feira com protestos e ocupações de prédios do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) pelo assentamento das 150 mil famílias acampadas em todo o país e pela adoção de um novo modelo econômico que viabilize a realização da Reforma Agrária.

O MST ocupou também a superintendência do Incra em Salvador, na Bahia, com 600 famílias, que reivindicam o assentamento das 15 mil famílias acampadas, além de infra-estrutura, crédito para a produção agrícola, habitação e vistorias de áreas improdutivas.

No Paraná, cerca de 1.000 Sem Terra realizaram protesto contra o modelo econômico neoliberal e o apoio do governo federal às grandes empresas do agronegócio. O ato foi feito em frente ao Ministério da Fazenda de Curitiba. Os trabalhadores também montaram acampamento em frente ao prédio do Incra, no centro da capital, para cobrar o assentamento das 8.000 famílias acampadas.

A jornada de lutas denuncia também o abandono em que se encontra a agricultura familiar, já que o poder público investe cada vez mais dinheiro no agronegócio. Para a safra 2006/2007, foram repassados R\$ 50 bilhões para os grandes produtores, enquanto apenas R\$ 10 bilhões ficaram disponíveis para a agricultura camponesa (via Pronaf).

No Mato Grosso do Sul, trabalhadores Sem Terra bloquearam duas estradas para cobrar o assentamento das 3.500 famílias acampadas no estado. No ano passado, a meta de assentamentos no estado era de 2.200 famílias, mas apenas 70 famílias receberam seus lotes.

Foi bloqueada a BR-262, entre os municípios de Ribas do Rio Pardo e Água Clara, onde fica a porta de entrada para motoristas que partem do estado de São Paulo. Pela manhã, 400 trabalhadores rurais fecharam a rodovia MS-060, na altura do trevo Capão Seco, a 12 quilômetros de Sidrolândia, para reivindicar melhorias nas estruturas dos assentamentos.

Em Pernambuco, os trabalhadores Sem Terra fizeram duas ocupações de terras nos municípios de Floresta e Bonito, além de protestos em frente a seis agências da Caixa Econômica Federal (CEF) em todo o estado por crédito para a produção agrícola e apoio à habitação.

“A Reforma Agrária está parada em todo o país. A política econômica do governo corta os recursos previstos no orçamento para a Reforma Agrária e não tem dado apoio aos assentamentos, como crédito para a produção, além de obras de infra-estrutura, como habitação e escolas”, afirma Vanderlei Martini, da coordenação nacional do MST. “Por



outro lado, gasta dinheiro na renegociação das dívidas dos latifundiários e nas grandes empresas do agronegócio, que concentram a terra e expulsam os trabalhadores do campo", completa.

Pela manhã, 500 Sem Terra voltaram a bloquear a BR-163, a 50 km de Sinop, no Mato Grosso. Ontem, a mesma BR foi fechada em dois momentos. Os trabalhadores também fizeram protesto em frente à Delegacia Estadual do Ministério da Fazenda, em Cuiabá, para cobrar o assentamento das 3.500 famílias acampadas no estado.

Em São Paulo, 700 Sem Terra continuam no Incra para cobrar o assentamento imediato das 3.000 famílias acampadas nas estradas paulistas e contra o PL 578/2007, que legaliza as terras griladas na região do Pontal do Paranapanema. Nesta quarta-feira, 26, será realizada marcha até a Assembléia Legislativa contra o projeto do governador José Serra (PSDB).

No interior paulista, cerca de 350 trabalhadores Sem Terra ocupam agência da Caixa Econômica Federal (CEF) e o prédio do Incra, em Andradina, interior de São Paulo.

Em Belo Horizonte (MG), cerca de 400 trabalhadores Sem Terra estão no Incra em defesa do assentamento imediato das 3.200 famílias acampadas em Minas Gerais.

No Rio de Janeiro, 300 famílias seguem no prédio da superintendência estadual do Incra para cobrar o assentamento das 1.200 famílias acampadas. Na quinta, dia 27, será realizado ato da sociedade civil fluminense no órgão federal em defesa da Reforma Agrária.

Em São Luiz do Maranhão, 400 trabalhadores resistem na superintendência do Incra exigindo o assentamento imediato das 4.000 famílias que permanecem acampadas no estado.

Em Santa Catarina, mais 400 Sem Terra permanecem na ocupação na sede Incra em Chapecó pelo assentamento das 1.200 famílias estão acampadas à beira das estradas em todo o estado.

Em Alagoas, cerca de 2.000 trabalhadores Sem Terra montam acampamento na Praça Sinimbu, na região central de Maceió, para exigir o cumprimento do processo de Reforma Agrária no estado. No ano passado, o Incra tinha como meta o assentamento de 3.000 mil famílias, mas apenas 500 receberam seus lotes.

No Ceará, mais de 1.500 trabalhadores do MST ocuparam ontem os quatro andares do prédio da superintendência estadual do Incra, em Fortaleza, para cobrar o assentamento das 1.700 famílias acampadas.

No Rio Grande do Sul, os 1.700 Sem Terra seguem nas três colunas de marchas pela desapropriação da Fazenda Coqueiros, na região Norte do Estado, que tem o tamanho de nove mil campos de futebol, ocupa 30% do território do município e gera apenas 2 empregos fixos.

Na segunda-feira, o Movimento fez outros atos em Goiás, Paraíba, além de Paraná, Pernambuco, Mato Grosso e Rio de Janeiro, em órgãos do Ministério da Fazenda para denunciar que o modelo econômico vigente inviabiliza a realização da Reforma Agrária e incentiva a expansão do agronegócio, modelo baseado na concentração de terras para a produção de monocultura para exportação.

Em Goiás, 300 Sem Terra fizeram manifestação em frente ao prédio da Receita Federal, em Goiânia, e pediram o assentamento imediato das cerca de 4.000 famílias acampadas.

Na Paraíba, cerca de 1000 famílias do Sem Terra ocuparam o prédio da Secretaria da Fazenda, em João Pessoa, para cobrar o assentamento das 3.700 famílias acampadas na Paraíba e pedir mudanças na política econômica.

### **Militantes do MST param 3 rodovias – Estado de São Paulo – Nacional – 26/09/2007**

O Movimento dos Sem-Terra (MST) mobilizou mais de mil homens, mulheres e crianças e bloqueou três rodovias em Mato Grosso do Sul até o fim da tarde de ontem. O protesto é parte da terceira jornada nacional de luta pela reforma agrária deste ano. Houve bloqueios na MS-060, no município de Sidrolândia, na BR-262, em Ribas do Rio Pardo, e na BR-262, em Ponta Porã, divisa com o Paraguai.

### **MST invade prédios públicos e faz protestos em 10 Estados – Folha de São Paulo – Brasil – 26/09/2007**

**Movimento pressiona governo federal a assentar 150 mil famílias em todo o país - José Batista de Oliveira, da direção nacional do MST, diz que famílias continuam à espera de créditos, casas, escolas e assistência técnica**

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) realizou manifestações ontem em pelo menos dez Estados (SP, RJ, MG, MA, SC, AL, CE, MT, GO e PB). Houve invasões a superintendências do Incra, protestos em frente a órgãos ligados ao Ministério da Fazenda e bloqueios de rodovias. Nas contas do MST, cerca de 8.000 pessoas participaram dos atos.

Segundo o movimento, haverá mobilização durante toda a semana para pressionar o governo federal a assentar 150 mil famílias acampadas no Brasil.

"As famílias continuam à espera de créditos, de assistência técnica, de moradias, de escolas. Havia um compromisso desde a marcha de 2005", afirma José Batista de Oliveira, da direção nacional do MST.

Em São Paulo, cerca de 600 integrantes do MST invadiram o Incra para cobrar o assentamento imediato das 3.000 famílias acampadas nas estradas paulistas, e outros 800 (segundo o movimento) fizeram protesto em frente à Secretaria de Justiça do Estado -que disse que o número de manifestantes não passava de cem.

No Rio, cerca de 400 integrantes do MST acamparam em frente ao prédio do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social) para protestar contra a falta de linhas de crédito para o campo e cobrar o assentamento de 1.200 famílias acampadas.

Em Fortaleza (CE), cerca de 1.500 sem-terra invadiram o prédio do Incra para reivindicar uma audiência com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para agilizar a reforma agrária.

Também houve manifestações em órgãos ligados ao Ministério da Fazenda em Florianópolis, Cuiabá, Goiânia e João Pessoa. Segundo Oliveira, "a política econômica

define as prioridades deste governo. As grandes decisões passam pelo ministério. A nossa avaliação é que não está sendo dada prioridade para a reforma agrária". Em Belo Horizonte (MG), cerca de 400 trabalhadores sem-terra invadiram a sede do Incra. Não houve interrupção do funcionamento do órgão.

Em Santa Catarina, além da capital (onde ocorreu protesto na Assembléia Legislativa), houve invasão ao Incra em Chapecó. A sede do instituto também foi alvo dos manifestantes em São Luís (MA).

Em Mato Grosso, cerca de 300 trabalhadores fizeram uma vigília em frente ao prédio da Receita em Cuiabá. Outro grupo bloqueou um trecho da BR-163 entre Itaúba e Sinop.

Em Alagoas, 2.000 pessoas se reuniram em uma manifestação em frente ao prédio do Incra em Maceió, segundo o MST. Em Goiânia, os protestos também ocorreram diante da sede local do Incra. A **Folha** entrou em contato com o Incra ontem. Até a conclusão desta edição, o órgão não se pronunciou.

**MST amplia protestos, e governo ataca invasões - Folha de São Paulo – Brasil – 26/09/2007**

### **Para ministro, atos atrapalham a reforma agrária**

DA REPORTAGEM LOCAL DA AGÊNCIA FOLHA - O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) invadiu mais prédios públicos e bloqueou mais estradas para protestar contra o governo federal. Os atos, que começaram na segunda-feira, passaram de 10 para 13 Estados.

O movimento diz que o objetivo é agilizar a reforma agrária. Guilherme Cassel, ministro do Desenvolvimento Agrário, declarou à Folha que o protesto é descabido porque o governo Lula tem ampliado os investimentos na desconcentração fundiária e na qualificação de assentamentos. Segundo ele, o orçamento do Incra triplicou entre 2003 e 2007.

"Substituir a agenda da produção pela da violência, da ocupação do prédio público, atrapalha a reforma agrária", disse ele. "Reconheço quem tem expectativas superiores, mas desde que aceite que o governo tem feito muito." Cerca de 150 mil famílias acampadas ainda esperam ser assentadas.

Ontem, houve uma reunião entre Cassel e a direção do MST. Ficou acertado que o ministério deve abrir uma nova linha de crédito para a reforma agrária, mas o formato ainda não está definido.

Os sem terra não estabeleceram prazo para o fim das invasões e protestos. Em São Paulo, os líderes dos cerca de 700 membros do MST que invadiram o edifício do Incra dizem que a comida levada ao prédio para os manifestantes deve durar até sexta. Na Bahia, o prédio do Incra foi invadido ontem. No Paraná, cerca de mil sem-terra protestaram contra a política econômica do governo em frente ao Ministério da Fazenda em Curitiba e acamparam em frente ao Incra. Em Mato Grosso do Sul, bloquearam duas estradas.

### **OIT lamenta interrupção de ações contra trabalho escravo no Brasil – O Globo – O País – 26/09/2007**

Fiscalização está suspensa em protesto contra interferência de senadores

BRASÍLIA. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) divulgou nota ontem lamentando a suspensão das ações do Grupo Móvel de Fiscalização, que atua no combate ao trabalho escravo no Brasil. Os auditores interromperam as atividades na última segunda-feira, em protesto contra a interferência de senadores que criticaram a atuação da Fazenda Pagrisa, no Pará. A fiscalização concluiu que 1.064 pessoas trabalhavam em regime análogo ao de escravo na propriedade, e a Justiça Federal do Pará abriu processo contra os donos da fazenda.

A OIT lembrou ainda que a prática do trabalho escravo persiste no Brasil e que a ação dos auditores foi elogiada no relatório “Uma Aliança Global contra o Trabalho Forçado”, divulgado em 2005. A OIT disse esperar que, em breve, os obstáculos que têm impedido a ação dos fiscais sejam removidos, e a fiscalização, retomada.

Na semana passada, um grupo de senadores esteve na fazenda, em Ulianópolis (PA), para dar apoio aos donos, e acusou os fiscais de abuso de autoridade.

Em reação à atitude dos senadores, a secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho suspendeu as ações até que os fiscais tenham garantia de que não haverá interferência em seu trabalho.

A Justiça aceitou a denúncia contra os donos da fazenda, os irmãos Fernão, Murilo e Marcos Zancaner, que responderão pelos crimes de frustração de direito trabalhista; redução a condição análoga à de escravo; e de impor perigo para a saúde ou vida de outra pessoa.

### **MST faz manifestações e ocupa prédios em mais três estados – O Globo – O País – 26/09/2007**

Maior protesto foi no Paraná, onde mil sem-terra cobraram assentamentos

SÃO PAULO. Novos protestos e ocupações de prédios do Incra marcaram ontem o segundo dia do Setembro Vermelho, a série de mobilizações do MST, que reivindica o assentamento das 150 mil famílias acampadas em todo o país e a adoção de um novo modelo econômico que viabilize a realização da reforma agrária. Além dos 12 estados já com atividades na segunda-feira, ontem o MST promoveu atos no Paraná, na Bahia e no Mato Grosso do Sul.

Na maior mobilização de ontem, cerca de mil sem-terra realizaram passeata em Curitiba contra a política econômica do governo federal, em frente à representação do Ministério da Fazenda, e montaram acampamento em frente ao prédio do Incra, para cobrar o assentamento das oito mil famílias acampadas no estado.

No começo da noite de ontem o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, recebeu comissão de 15 líderes do MST de vários estados, para discutir a pauta de reivindicações.

Pela manhã, em entrevista à rádio CBN, o ministro disse que a movimentação do MST surpreendeu o governo, que não esperava pela onda de protestos, mas prometeu dialogar com o movimento para o atendimento dos seus pedidos. O presidente do BNDES, Luciano Coutinho, abriu negociação com o MST

prometendo criar programa de financiamento à implantação de agroindústrias nos assentamentos e comunidades de agricultura familiar. Coutinho recebeu cinco representantes do MST, depois que cerca de 300 famílias passaram o dia ocupando a sede do banco, no Rio.

#### **Pastoral da Terra denuncia pressão de ruralistas – Valor Econômico – Política - 26/09/2007**

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) afirma que há uma iniciativa em curso para desmoralizar a fiscalização contra o trabalho escravo. Segundo a CPT, em nota divulgada ontem, os responsáveis são a bancada ruralista no Congresso Nacional e setores ligados ao agronegócio. "Isso é uma ofensiva da bancada ruralista visando desarmar, detonar e desqualificar a política nacional de combate ao trabalho escravo, cuja ponta é o grupo móvel de fiscalização", disse o coordenador da Campanha Nacional de Combate ao Trabalho Escravo da CPT, frei Xavier Plassat, em referência à atuação da comissão temporária externa do Senado que trata do assunto. A Secretaria de Inspeção do Ministério do Trabalho e Emprego suspendeu a fiscalização do trabalho escravo em protesto contra atitudes dos senadores.

Para ele, as ações provocam uma "queda-de-braço" e obrigam o governo a escolher entre produzir ou combater a escravidão. "Sai de herói o agronegócio e de vilã a fiscalização", acrescentou.

Na nota, a CPT classificou como uma afronta aos fiscais do ministério a visita dos integrantes da comissão, na quinta-feira (20), à fazenda Pará Pastoril Agrícola (Pagrisa), onde foram libertados 1.108 trabalhadores em condições análogas à de escravos, em julho: "Como era de se prever, o resultado da presença dos senadores no local da atuação, dois meses e meio após o ocorrido, só podia revelar um cenário de relações trabalhistas idílicas e resultar em um round de deboche".

A senadora Kátia Abreu (DEM-TO), relatora da comissão, disse que o Legislativo está cumprindo a sua função ao fiscalizar o Executivo, já que os parlamentares receberam denúncias de eventuais abusos cometidos pelo grupo móvel nos últimos nove anos. "O Senado está cumprindo o seu papel. O Senado e Câmara erram. Por que outras instituições não podem errar?". A senadora informou também que pediu à comissão para ouvir o chefe da fiscalização do grupo que esteve na fazenda Pagrisa.

Ontem, o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, disse que a fiscalização contra o trabalho escravo, suspensa em protesto contra "interferência políticas" e "desqualificações"

de senadores, voltará à normalidade quando os auditores fiscais se sentirem seguros para retomar as atividades. Para Lupi, a ação do grupo de fiscalização deve ser "para todos", de maneira "republicana": "Essa paralisação só poderá prejudicar o cumprimento da legislação momentaneamente. Os auditores vão perceber e avisar ao ministério no momento em que se sentirem seguros".

"O trabalho foi suspenso porque houve uma pressão muito forte na Pagrisa do Pará, que fez com que os auditores se sentissem inseguros no seu trabalho. Como esse grupo de trabalho não tem uma direção política, justamente para ter independência, eles se sentiram inseguros e estão solicitando a suspensão até sentirem segurança novamente", explicou o ministro do Trabalho, que participou da Fenashore 2007, a feira de tecnologia naval e offshore, em Niterói (RJ).

Indagado sobre as providências que o ministério estaria tomando, Lupi disse que "a Secretaria de Inspeção do Trabalho já está tomando as atitudes": "Estou esperando eles avaliarem as condições de trabalho necessárias para continuar o trabalho, que voltará a ser feito."

Mais cedo, o ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, também comentou a situação e anunciou que se reuniria ainda ontem com Lupi para pedir que o grupo seja reativado enquanto se discute as divergências com os senadores da comissão externa. Vanucchi é presidente da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, espaço de acompanhamento do governo e da sociedade civil sobre o tema.

**TJ dá terra devoluta a fazendeiro** - José Maria Tomazela e Felipe Maia – Estado de São Paulo – Nacional – 27/09/2007

Para presidente da UDR, decisão pode servir como precedente para julgamento de outros processos

**Sorocaba** - Uma decisão da 7ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo pode beneficiar centenas de fazendeiros do Pontal do Paranapanema que tiveram suas terras consideradas devolutas pelo Estado. Em apelação relatada pelo desembargador José Carlos Ferreira Alves, o TJ entendeu que as terras da Fazenda Santa Cruz, em Mirante do Paranapanema, são particulares.

A fazenda, pertencente a Kazuyashi Kurata, faz parte do 11º perímetro de Santo Anastácio, cujas terras foram consideradas devolutas por sentença datada de 1956. De acordo com o presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Luiz Antonio Nabhan Garcia, a decisão serviu de base para que o Estado entrasse na Justiça com ações reivindicatórias contra os detentores das terras.

**PRECEDENTE** - Nabhan disse que a decisão do TJ pode servir como precedente para o julgamento de outros processos. "Vamos distribuir cópias aos nossos associados para que eles repassem aos advogados." O Instituto de Terras de São Paulo (Itesp) vai aguardar que a Procuradoria-Geral do Estado analise o acórdão para se pronunciar. Da decisão do TJ cabe recurso ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Os processos, que ainda tramitam na Justiça, constituem a principal motivação para os conflitos fundiários na região, envolvendo fazendeiros e movimentos de sem-terra. Os movimentos sociais querem as terras para assentar as famílias acampadas na região.

A fazenda de Kurata foi invadida pelo menos seis vezes pelo Movimento dos Sem-Terra (MST). “Eles usam as invasões como instrumento de pressão contra os fazendeiros e o próprio governo”, disse Nabhan. Em razão dos conflitos, o governador José Serra encaminhou à Assembléia Legislativa projeto de regularização das áreas com mais de 500 hectares. A proposta, no entanto, é contestada pelo MST e outros movimentos ligados à luta pela terra.

**PROTESTO** - Na tarde de ontem, integrantes do MST promoveram manifestação em frente à Assembléia, para pedir a retirada do projeto de Serra. Os manifestantes saíram no fim da manhã do prédio do Incra, no centro de São Paulo, que estavam ocupando desde segunda-feira. Eles marcharam até a Assembléia, onde iniciaram o protesto. Também ontem ocorreu um debate sobre o projeto de lei, no auditório da Assembléia. De acordo com dados da Polícia Militar, cerca de 300 pessoas participaram do ato.

Além do MST, o evento é organizado pela Frente Parlamentar em Defesa da Reforma Agrária, que reúne 22 deputados estaduais. Eles são contra o projeto do governo do Estado, alegando que a medida vai regularizar a grilagem de terras no Pontal, como argumenta o MST. “Queremos que essas áreas sejam destinadas à reforma agrária”, afirmou o deputado estadual Raul Marcelo (PSOL), coordenador da frente parlamentar.

**União quer retomar área que destinou ao MST** - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Nacional – 27/09/2007

Ministério da Agricultura tenta na Justiça reaver terras ocupadas por assentamento do Incra

**Sorocaba** - O Ministério da Agricultura quer retomar uma área de 727 hectares utilizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para assentamento de sem-terra na antiga Fazenda Ipanema, em Iperó (SP). As terras são necessárias para reativação de uma escola de formação de pilotos agrícolas, fechada desde o início dos anos 90, quando o então presidente Fernando Collor desativou o Centro Nacional de Engenharia Agrícola (Cenea). Após a desativação, a área foi invadida por 800 integrantes do Movimento dos Sem-Terra (MST), que posteriormente foram assentados pelo Incra. Os lotes ocuparam inclusive a pista de pouso do Curso de Aviação Agrícola (Cavag).

O ministério entrou na Justiça para reaver os 127 hectares que correspondem ao campo de pouso, onde estão instaladas 17 famílias. A ação também pede de volta os 600 hectares usados para completar a segunda fase do assentamento. A audiência na Câmara de Conciliação que foi instaurada pela Advocacia-Geral da União (AGU) está marcada para amanhã.

O Incra, que assumiu a defesa dos trabalhadores rurais, argumenta que o assentamento está consolidado - com casas e benfeitorias, como luz elétrica, estradas e poços. Diz ainda que a transformação de parte da fazenda na Floresta Nacional de Ipanema, em 1992, tornou o local incompatível com a aviação agrícola, pois a formação dos pilotos exige o manuseio e a aplicação de agrotóxicos. E nos 600 hectares reclamados pelo Ministério da Agricultura, a previsão é de construção de uma escola técnica de agroecologia. No fim de agosto, o ministério firmou termo de cooperação com a Faculdade de Ciências Agrônômicas da Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Botucatu, para a retomada das atividades de engenharia agrícola em Iperó. O acordo prevê a reativação do curso de pilotos. Na terça-feira, a Câmara de Sorocaba aprovou moção em defesa dos assentados.

### **MST protesta em SP contra projeto do governador** – Leandro Beguoci – Folha de São Paulo – Brasil – 27/09/2007

Militantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) protestaram na Assembléia Legislativa de São Paulo contra o governador do Estado, José Serra (PSDB). Os cerca de 450 manifestantes vieram a pé do prédio do Incra, na zona oeste, até a sede do legislativo estadual, na zona sul. Não houve confronto com a polícia no caminho nem na chegada à Assembléia. O MST tinha um acordo com os deputados estaduais em prol da reforma agrária para a realização de ato a favor dos sem-terra no auditório Franco Montoro. Eles foram recepcionados pelo deputado Raul Marcelo (PSOL). Depois, o líder do PT, Simão Pedro, abriu a sessão pró-MST e criticou o projeto de Serra, alvo dos manifestantes. A proposta do governador, pronta para ser votada no plenário, prevê a regularização de propriedades acima de 500 hectares no Pontal do Paranapanema, área de conflito entre Estado e sem-terra.

Para o MST e o PT, as áreas são devolutas (propriedades do Estado, mas consideradas sem função) e deveriam ser destinadas à reforma agrária, não para grileiros (quem se apropria indevidamente de terra pública). O deputado Mauro Bragato (PSDB), um dos relatores da proposta, diz que o projeto visa acabar com um imbróglio porque a Justiça, segundo ele, não define se as terras são ou não devolutas. Ele afirma que a pessoa que alega ser dona da terra poderá pagar uma quantia ao governo ou ceder um pedaço da propriedade para a reforma agrária. O Estado, por sua vez, deixará de reivindicar posse. Simão disse que o PT tenta barrar o projeto. Depois do ato, o MST desocupou o Incra, invadido desde segunda.

O protesto faz parte de uma série de atos do MST em todo o país pela reforma agrária. No Rio Grande do Sul, cerca de 300 integrantes do MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) invadiram uma agência do Banco do Brasil em Palmeira das Missões (374 km de Porto Alegre). Eles reivindicavam a renegociação de dívidas. Em Caxias do Sul, cerca de 600 integrantes do MST fizeram ato pela reforma agrária.

Colaborou a Agência Folha, em Porto Alegre



### **MST faz marcha pelo Centro de São Paulo – O Globo – O País – 27/09/2007**

Movimento protesta contra projeto de lei sobre terras no Pontal do Paranapanema  
SÃO PAULO. Cerca de mil integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) fizeram ontem em São Paulo uma marcha contra o projeto de lei do governador José Serra (PSDB) que visa a regularizar a situação de terras na região do Pontal do Paranapanema.

Para o MST, porém, o projeto vai estimular a grilagem de terras. Os sem-terra saíram do prédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), na região central, às 11h, em direção à Assembléia Legislativa, onde participaram de ato da Frente Parlamentar pela Reforma Agrária.

Desde segunda-feira, quando começaram as atividades do Setembro Vermelho — a jornada nacional do MST que cobra do governo federal o assentamento de 150 mil famílias no país —, os manifestantes ocupam o prédio do Incra. Em São Paulo os semterra querem o assentamento imediato de 3 mil famílias.

No Rio Grande do Sul, duas marchas reuniram ontem 1.100 pessoas em direção a São Sepé e Santa Maria.

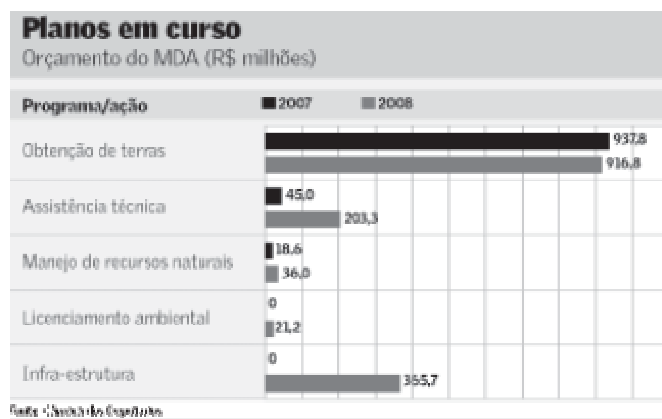
No Paraná, os mil agricultores que estão acampados em frente ao prédio do Incra participaram ontem de negociações com o Instituto e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

### **Gasto com assentamento terá corte de 17,7% - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 27/09/2007**

Movimentos sociais e parlamentares ligados à reforma agrária iniciaram uma rebelião contra o que consideram uma reorientação equivocada na previsão de gastos do Ministério do Desenvolvimento Agrário para 2008. Os críticos afirmam que a nova proposta de lei orçamentária reduz a importância do assentamento de trabalhadores sem-terra e concentra em ações de desenvolvimento sustentável da reforma agrária.

A censura, segundo os críticos, está baseada na mudança das prioridades do governo para 2008 expressas no projeto de lei orçamentária anual. O orçamento prevê um corte de 17,7% nos gastos com assentamentos rurais, de R\$ 1,17 bilhão para R\$ 965,2 milhões. Também reduz em 2,2% a previsão de desembolsos para a obtenção de terras à reforma agrária e diminui o volume da emissão de títulos da dívida agrária (TDAs) de R\$ 657 milhões para R\$ 628 milhões.

"O governo não pode tirar dinheiro dos assentamentos para cobrir as necessidades de infra-estrutura e assistência técnica. Tem que aumentar o orçamento", diz o coordenador do Núcleo Agrário do PT, deputado Adão Pretto (RS). Segundo ele, a bancada fará pressão para elevar os recursos destinados ao MDA em reunião com o relator do orçamento, Cláudio Vignatti (PT-SC).



A proposta do MDA reduz, ainda, em 40,6% a meta para a obtenção de terras, que passaria de 1,17 milhão a 694,5 mil hectares no próximo ano. Com isso, o custo unitário da terra saltaria 65% - de R\$ 801 para R\$ 1.320 por hectare. "Não interessa de onde o governo vai tirar o dinheiro, mas não aceitamos uma estratégia de diminuir os recursos que podem atender a 150 mil famílias acampadas que esperam por assentamento", afirma José Batista Oliveira, da direção nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Ontem, dirigentes do movimento reiteraram seus pedidos ao ministro da Fazenda, Guido Mantega. A Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) também discorda do que considera mudança de enfoque do governo. "Pagar mais para latifundiários é não querer o enfrentamento necessário", diz o diretor de Política Agrária, Paulo Tarso Caralo. A direção do Ministério do Desenvolvimento Agrário reconhece haver uma ênfase na "recuperação dos passivos" dos assentamentos já existentes, mas nega a intenção de modificar sua atuação na reforma agrária. "Há uma mudança metodológica, uma fusão das ações. Estamos apenas calibrando o orçamento e não abrimos mão de assentar pelo menos 100 mil famílias em 2008", diz o secretário-executivo Marcelo Cardona.

O governo também admite a redução dos orçamentos, mas pondera que não haverá prejuízos para a execução das políticas do governo. Cardona diz que o orçamento para obtenção de terras tem sido suplementado desde 2004, o que deve ocorrer novamente no próximo ano. Segundo ele, o governo prevê gastar R\$ 937 milhões em terras neste ano, mas haverá R\$ 500 milhões extras. "Para 2008, é praticamente o mesmo. E será suplementado", diz.

O secretário-executivo informa, ainda, que a redução do volume de terras decorre da atualização dos valores pagos pelo hectare desapropriado. " Fizemos apenas uma correção nos valores, o que não acontecia desde antes de 2003", afirma.

### **Sem-terra invadem e protestam em MT** – Estado de São Paulo – Nacional – 28/09/2007

Ao menos 400 sem-terra invadiram ontem a Fazenda Panorama, em Sinop (MT). Em Cuiabá, outro grupo do Movimento dos Sem-Terra está acampado em frente à Receita Federal. As ações fazem parte da Jornada Nacional de Lutas. O MST quer que o Inbra agilize o assentamento de 3,6 mil famílias no Estado. Segundo o órgão, os processos de desapropriação pleiteados pelo MST estão em andamento.

**TJ não deu terra devoluta, garante desembargador** – Estado de São Paulo – Nacional – 28/09/2007

O desembargador José Carlos Ferreira Alves, do Tribunal de Justiça de São Paulo, divulgou nota ontem explicando a recente decisão que considerou a área da Fazenda Santa Cruz, em Mirante do Paranapanema, como particular. Em meio à polêmica sobre as terras devolutas na região, a decisão poderia beneficiar centenas de fazendeiros do Pontal do Paranapanema, no interior paulista.

Em reação à reportagem publicada ontem pelo Estado, Alves garantiu que o TJ “não deu terra devoluta alguma a quem quer que seja”. “No caso concreto, por iniciativa da Comissão de Discriminação de Terras Devolutas chancelada por autoridade judicial paulista, as terras objeto da lide já haviam sido regularmente consideradas particulares”, alegou o desembargador, na nota.

Alves destaca até que os títulos de propriedade da fazenda foram usados com garantia de dívidas contraídas para fomento da produção agrícola. “Não se pode ter como injusta a posse das terras exercidas pelos réus, advinda de ato judicial antiquíssimo, combinado com diversas escrituras públicas, razão pela qual concluí que a ação reivindicatória não poderia prosperar”, concluiu.

**Ruralistas usam rojões para acordar sem terra em estrada** – Folha de São Paulo – Brasil – 28/09/2007

DA AGÊNCIA FOLHA, EM PORTO ALEGRE - Integrantes do MST acampados na madrugada de ontem às margens da BR-392, no Rio Grande do Sul, foram acordados por disparos de fogos de artifício e rojões. Cerca de 500 sem terra dormiam na região de São Sepé. Eles estão caminhando pelo Estado desde o começo do mês em direção à cidade de Coqueiros do Sul (314 km de Porto Alegre), onde ocorrerá um protesto do MST.

Um grupo de 20 ruralistas, que acompanha a caminhada e tem acampado próximo aos sem terra, confirmou a utilização dos foguetes, que atingiram cinco barracas. Um dos ruralistas, que não quis se identificar, disse que a intenção não era machucar, mas acordar os sem terra. Ninguém ficou ferido.

**MST desocupa rua no centro de Curitiba** – Estado de São Paulo – Nacional – 29/09/2007

Os mil sem-terra que estavam acampados desde terça-feira em frente ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), na Rua Dr. Faivre, no centro de Curitiba, deixaram o local no início da noite de ontem. Os sem-terra promoveram manifestações contra a política agrícola do governo federal e a privatização da Vale do Rio Doce. A retirada aconteceu depois da assinatura de convênio para assistência técnica a mais de 13,7 mil assentados.

**Elite agrária desponta em Cuba** - Juan Jesús Aznárez – Estado de São Paulo – Internacional – 29/09/2007

Agricultores privados fecham contratos com o Estado para produzir alimentos e amenizar desabastecimento

A voz dos camponeses convoca os passantes nos açougues ambulantes e banquinhas de rua instalados nos fins de semana em Havana por trabalhadores vindos do interior: “Abacate, manga, abacaxi, cavalheiros, que estou de partida! Baixou o preço!”

As bancas de rua vendem produtos em moeda local e abastecem os cubanos que não têm as divisas fortes que permitem o acesso a lojas com mais gêneros e menos aglomeração. “Quantas mangas por 1?” A dona da banca calcula por baixo porque o curioso é “yuma” (estrangeiro) e, presumivelmente, leigo em conversões: “São três mangas.”

O calor do Caribe já não abrasa quando a tarde avança e a expedição recolhe a tralha. Alguns ganharam um bom dinheiro; outros, nem tanto, porque têm de pagar caro pela mercadoria. “Não pense que fico milionário, mas isso ajuda”, admite um açougueiro, que fatia um frango com a destreza de um cirurgião. Um euro está cotado hoje em 1,30 peso.

Os verdadeiros milionários são outros: os milhares de agricultores privados com grandes extensões de terras cultiváveis e contratos com o Estado, que lhes deve oferecer preços interessantes para permitir que se apliquem recursos na produção de tomates, cebolas ou feijão. Sua prosperidade, impulsionada pela expectativa de lucro, é visível nas contas bancárias, em seu nível de vida alto, na reforma perfeita de carros da década de 1950 ou no mobiliário de suas casas: geladeiras de 3.000 pesos, televisores de 1.000 pesos e telefones de última geração.

“Eles chegam às lojas de câmbio e as esvaziam”, diz uma balconista. Mas, se isso ajuda a amenizar problemas de abastecimento num país com grandes carências e economia centralizada, o grande poder aquisitivo desses novos ricos não impede a necessidade de

uma virada que permita enfrentar a insuficiência na oferta de alimentos, segundo a filosofia emanada de um discurso de Raúl Castro, presidente interino de Cuba.

A virada, contudo, é limitada. Ninguém conhece a definição das “mudanças estruturais” antecipadas e o regime não pensa em institucionalizar a propriedade privada porque a considera contrária aos princípios revolucionários e causadora de uma sociedade de ricos e pobres. No entanto, ele manobra e analisa novos conceitos de “propriedade” no contexto do socialismo. E tolera uma espécie de economia à cubana para responder às pressões da demanda incessante. O regime assume essa ação porque o Estado não consegue suprir todas as necessidades de uma sociedade que mudou profundamente desde 1959. A deficiência persiste, apesar de as benesses do comércio com a China, o acordo petrolífero com a Venezuela, o turismo e as remessas do exterior resultarem numa receita de cerca de US\$ 2 bilhões por ano e apesar de a economia ter crescido 12,5% em 2006, de acordo com o governo - medições internacionais estabelecem o índice de crescimento em 7%.

O governo paga os salários de 80% da população economicamente ativa, custeia a educação em todos os níveis, importa 50% dos alimentos, subsidia luz, água, gás e telefone e assume o serviço da dívida externa: muitos gastos para uma receita insuficiente. “Legalizar os artifícios das pessoas para viver e ganhar dinheiro solucionaria parte dos problemas”, ironiza um analista.

O trabalho autônomo, legalizado desde 1993, tem sido praticado por 200 mil cubanos e calcula-se que aproximadamente mil deles tenham ficado milionários. Resultado: satisfação na população beneficiada pelo serviço, mas protestos na linha dura do Partido Comunista Cubano (PC), que lamenta as desigualdades criadas e as “fraquezas ideológicas”. As licenças hoje não passam de 100 mil.

A resistência oficial à abertura econômica ao estilo da China e do Vietnã é evidente. “Aqui damos uma unha e nos comem o braço”, comenta uma fonte do governo.

A julgar pela última “reflexão” escrita por Fidel Castro, não se deve esperar abertura ampla. “Se não se houvesse detido a tempo o investimento estrangeiro em moradias, eles teriam construído dezenas de milhares delas sem mais recursos do que a venda das casas a estrangeiros residentes em Cuba ou no exterior”, assinala. “Além disso, eram empresas mistas regidas por outra legislação criada para empresas produtivas. Não havia limites para os direitos dos compradores depois que se tornavam proprietários. Muitos imóveis podiam até mesmo ser adquiridos por organismos de inteligência inimigos e seus aliados.”

Os esforços oficiais, ao menos os que se tornaram públicos, estão centrados agora em melhorar a disciplina, a produtividade e a contabilidade das empresas. Segundo o Ministério de Comércio Interior (Mincin), as perdas por “roubo de bens públicos” somaram US\$ 22 milhões em 2006. “E, quando um trabalhador se acostuma a receber um salário sem respaldo produtivo ou sem empregar todas as suas potencialidades, provoca-se um dano econômico e ideológico”, disse Carlos Lage, o vice-presidente de Cuba, num seminário com diretores de empresas estatais.

**Funcionários chegavam a receber contracheque com R\$ 0 no Pará, relatam fiscais - Governo diz ter encontrado 1.064 pessoas em situação análoga à escravidão em propriedade que é pivô de disputa com senadores**

O relatório de fiscalização e combate ao trabalho escravo do Ministério do Trabalho sobre a Fazenda Pagrisa, no Pará, sustenta que funcionários não recebiam salários, em determinados meses, por terem dívidas feitas com a compra de remédios e alimentos na propriedade, conviviam com falta de segurança e higiene e a condição dos alojamentos era precária.

O documento, com 18 volumes e 5.000 páginas, descreve a situação encontrada pelos fiscais que visitaram a fazenda entre 28 de junho e 8 de julho. Nesse período, 1.064 trabalhadores foram "resgatados" de condições análogas à escravidão, segundo os fiscais. A fiscalização na Pagrisa abriu crise entre o Senado e o ministério e levou à suspensão das ações do grupo móvel responsável por fiscalizar condições de trabalho em todo o país. Os proprietários da fazenda reclamam de excessos por parte da fiscalização e negam maus tratos de seus funcionários. A reclamação levou cinco senadores, liderados por Flexa Ribeiro (PSDB-PA), a criar uma comissão especial para investigar o trabalho de fiscalização. O ministério decidiu suspender os trabalhos alegando interferência dos parlamentares.

A Pagrisa tem 17.000 hectares. Sua principal atividade é o cultivo de cana para produzir 300 mil litros de álcool por dia. Entre os compradores estava a Petrobrás, que, desde a fiscalização, deixou de ser cliente.

O relatório sobre a fazenda cita o caso de 45 funcionários que nas folhas de pagamento de abril e maio receberam R\$ 0,00 de salário líquido. Dois dos citados ficaram ambos os meses com o contracheque zerado.

"A empresa não garantia o salário mínimo aos empregados que recebiam por produtividade. Tal fato, somado aos descontos de alimentação e de medicamentos que os empregados consumiam, fazia com que, em muitos casos, empregados recebessem apenas o suficiente para pagar seus gastos com comida e medicamentos."

"Não eram raros os casos de obreiros que não produziram o suficiente para custear as despesas de alimentação, o que levou a empresa a criar a rubrica Crédito de Complementação de Salário, para que os holerites não gerassem valor negativo de salário". Os créditos eram descontados no mês seguinte.

Consta no relatório uma comparação entre os preços de remédios vendidos em Marabá (PA) e os mesmos vendidos na fazenda. O medicamento Aziltromicina 500 mg, que no município custava R\$ 13, era vendido na fazenda por R\$ 23,21. A fiscalização constatou ainda que funcionários trabalhavam sem equipamentos de proteção como óculos e luvas. Eles receberam denúncias dos próprios trabalhadores, de que

"fiscais foram ao campo [no dia em que as equipes chegaram] e distribuíram rapidamente equipamentos de proteção."

Também foi observado que a alimentação causava infecções intestinais na maioria dos funcionários. A própria empresa admite, segundo o relatório, que "o ambulatório médico registrou 38 casos de sintomas de diarreia que poderiam estar relacionados à alimentação".

Os alojamentos foram considerados "superlotados" pelos fiscais. "Em lugares com capacidade para 30 trabalhadores, foram alojados 50 obreiros". As equipes relatam assim a situação de um dormitório: "Havia um esgoto a céu aberto que era despejado na represa utilizada pelos empregados para tomar banho e lavar roupas. Tal prática de tomar banho na represa era estimulada pelo fato de faltar água nos horários em que os empregados tomavam banho".

**Senador admite inspeção com avião da Pagrisa** – Felipe Seligman - Folha de São Paulo – Brasil – 29/09/2007

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA - O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse à **Folha** estar preocupado com a polêmica gerada no caso da Fazenda Pagrisa por "denegrir a imagem do Pará e do Brasil". Ele qualificou como "incorreta" a atitude da secretária de Inspeção do Trabalho, Ruth Vilela, que paralisou a fiscalização do grupo do Ministério do Trabalho.

Ribeiro confirma que esteve na fazenda no último dia de fiscalização, em julho, e que chegou ao local com avião cedido pela empresa. "Os empresários viabilizaram minha ida ao local, onde não existe a presença linhas aéreas comerciais." (**FELIPE SELIGMAN**)

**Fiscais abusaram, diz diretor da fazenda** – Folha de São Paulo – Brasil – 29/09/2007

**Marcos Villela Zancaner, diretor-presidente da Pagrisa, nega as irregularidades apontadas pelo Ministério do Trabalho**

O diretor-presidente da Fazenda Pagrisa, Marcos Villela Zancaner, negou as irregularidades na propriedade e disse que houve "abuso de autoridade" por parte dos fiscais do Ministério do Trabalho.

Sobre trabalhadores que não recebem salários, o empresário disse que houve um equívoco de uma funcionária dos Recursos Humanos, que trabalha com a folha de pagamento. Ele diz que todos os funcionários têm carteira de trabalho assinada, conta no Banco do Brasil e recebem pelo que trabalham. Também disse que a folha de pagamento da empresa varia entre R\$ 750 e R\$ 2.000. "Tive um funcionário que ganhava R\$ 2.000 e que, mesmo assim, deixou a empresa na época da fiscalização", afirmou.

Sobre os alimentos, Zancaner alega que a Nutrivita, "empresa séria que também atende a Coca-Cola e a Vale do Rio Doce", é a responsável pelo fornecimento. Ele negou que houve distribuição de equipamentos de segurança no dia da fiscalização. Segundo ele, a empresa possui técnicos que vão a campo substituir equipamentos rasgados por novos. O empresário admitiu que, "naquela hora de sufoco", procurou o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), por meio de um amigo em comum. "Como a fazenda é distante, ele me pediu para disponibilizar um avião e nós disponibilizamos".

Zancaner também negou todos os maus-tratos apontados pelos três trabalhadores ouvidos pela Folha. "Nunca ouvi falar de bicho em comida", disse. "Quando os fiscais foram lá, comeram essa comida. Se tivesse bicho, você acha que eles comeriam?", questionou.

Em relação ao local onde os cortadores de cana ficavam, disse que é "da cultura" do Pará a colocação de redes em vez de camas. A suposta superlotação, afirmou, nunca aconteceu.

"O que houve é que, um tempo atrás, a gente teve um problema com um gerador de energia e tivemos que colocar o pessoal de um alojamento em outro. Mas quando os fiscais chegaram havia até dois alojamentos vazios. Sobrava lugar", afirma ele.

Afirmou ainda que boa parte das má condições desses locais se deve a depredações e ao fato de que, quando os fiscais chegaram, os funcionários da limpeza pararam de trabalhar.

Zancaner, sobrinho-neto do senador paulista Orlando Zancaner (1923-1995), disse estar vivendo uma injustiça. "É injusto demais da conta. Eu jogo bola com os funcionários, meus filhos estudam no mesmo colégio que os filhos deles estudam. Somos gente simples." A Pagrisa também fez um "contra-relatório" para responder à autuação. Segundo o relatório, um dos 44 alojamentos da empresa estava com problemas. "As pequenas irregularidades são absolutamente insuficientes para caracterizar o trabalho em condições degradantes ou análogas a de escravo", afirma o relatório.

A empresa diz ainda que o fiscal "aliciou" os trabalhadores, "prometendo o pagamento de todos os salários do contrato de safra, um salário de aviso prévio, mais três salários de seguro-desemprego, e mais, tudo isso para ficar em casa".



**"Tratavam a gente igual a porco", diz trabalhador** – Thiago Reis e João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 29/09/2007

"Eles tratavam a gente igual a porco." É assim que Francis Vanicolla, 25, um dos trabalhadores libertados de uma fazenda da Pagrisa, definiu as condições em que vivia na propriedade, em Ulianópolis (417 km de Belém). Em julho, a destilaria foi alvo, segundo o Ministério do Trabalho, da maior libertação de pessoas em situação análoga à escravidão: 1.065.

"A água [para beber] era quente, a refeição era feita na beira do canavial, no sol quente. Havia bicho na comida, tapuru [verme], toda estragada", disse Vanicolla ontem à Folha.

"Se parasse para sentar no chão, não podia. Descansar um pouquinho, não podia. Teve um cabra que se encostou na vassoura e um encarregado chegou e mandou embora." Além dele, a reportagem ouviu, por telefone, o relato de outros dois trabalhadores, todos moradores de Pio 12, no Maranhão. A cidade é a terceira que mais teve pessoas libertadas (70) na ação na Pagrisa.

Eles afirmaram que viram ou viveram condições degradantes. No entanto, nenhum disse que era proibido sair da fazenda. Contaram também que eram obrigados a pagar por comida e remédios.

"Deram um alojamento para a gente, com as camas lá. Mas o colchão a gente tinha que pagar para eles", disse Gilmar da Silva, 20. Vanicolla deu um exemplo: "Passei dez dias na cana, deu R\$ 79. Mas aí paguei R\$ 69 de comida". Por mês, cada um dos três ganhava R\$ 475.

Valdiluz Magalhães, 22, confirma que tinha de pagar preços elevados por remédios. "Ruim era a situação dos cortadores de cana, pois dormiam todos juntos em um barracão nojento", afirmou.

"Era na rede, tudo bagunçado. Dentro de um quarto quente. Eram 70 redes no galpão, uma trançada na outra", confirmou Silva, que disse ter sido bem tratado, no entanto. "O pessoal reclamava muito. Queriam água gelada, uma comida bem melhor. Era ruim por causa do fermento, eles botavam fermento na carne, ela ficava grossona, grandona."

No dia em que os fiscais chegaram, Silva disse que todos saíram "alegres". "Todo mundo gostou." "Pessoal ficou feliz, feliz demais. Era doído", disse Vanicolla. Dos três, Magalhães é o único a dizer que se arrepende de ter ido embora. "Tentei voltar, mas acho que eles não me aceitam mais, não."

**PRF apreende droga que seria de assentamento** - Ana Paula de Carvalho – O Globo – O País – 29/09/2007

Segundo delegado, maconha saiu de área administrada pelo MST

CURITIBA - A Polícia Rodoviária Federal apreendeu mais de quatro toneladas de maconha em duas cidades do Paraná.

Cerca de 2.400 quilos foram apreendidos em Itaipulândia, na região Oeste, enquanto 1.700 quilos foram apreendidos em São Miguel do Oeste. Os policiais afirmam que a droga pertence ao assentamento Antonio Tavares, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Os policiais se aproximaram de um caminhão que estava estacionado à beira da BR-277, em São Miguel do Iguçu, e o motorista fugiu ao verificar que a carga seria averiguada. Na carroceria, os policiais encontraram 1.600 quilos de maconha, misturada a pacotes com ração para porcos. O inspetor da Polícia Rodoviária Federal Wesley Rotta decidiu ir até o assentamento do MST e descobriu que a maconha saiu de lá: — Descobrimos as tampas da cobertura do caminhão e sacos para ração da mesma variedade encontrada no carroceria.

Os policiais entraram num matagal perto do assentamento e descobriram mais 130 quilos de maconha.

Parte da droga estava escondida em caixas para abelhas. No assentamento, que existe desde 2002, vivem 80 famílias sem-terra. A assessoria do MST em Curitiba alegou não saber da apreensão e declarou que as investigações estão a cargo da polícia.

**(\*) Especial para O GLOBO**

**Raposa Serra do Sol em pé de guerra** - Rodrigo Taves Enviado especial – O Globo – O País – 30/09/2007

Produtores de arroz resistem a operação para desocupar reserva, e índios dão ultimato ao governo

A decisão do governo federal de protelar a operação policial de retirada de sete grandes produtores de arroz da área indígena de Raposa Serra do Sol, em Roraima, transformou a reserva num barril de pólvora prestes a explodir. Há uma semana, seis malocas foram incendiadas numa das 194 aldeias da reserva, e os índios, divididos em oito diferentes grupos, atribuíram o crime a arroteiros interessados em aumentar a briga entre eles. Os índios também acusam os rizicultores de contratar seguranças armados para rodar de moto pelas comunidades, sempre à noite, disparando tiros para cima e fazendo arruaças.

Em junho, no mais grave conflito dos últimos meses, índios atiraram flechas contra motoqueiros a serviço do rizicultor Paulo César Quartiero, que se nega a sair da reserva, apesar de já ter sido indenizado pela Funai, e é acusado de provocar o terror na aldeia Surumu, próxima de uma de suas fazendas. Pouco antes, os motoqueiros tinham destruído um barracão que estava sendo construído pelos índios, num ato em que agrediram pessoas, furaram tambores de óleo diesel e misturaram o combustível à comida que estava sendo estocada pelos macuxis e wapichanas. Uma das flechas atingiu e feriu uma garota que estava na garupa da moto de um dos jagunços.

**Fazendeiro diz que resistirá à força à operação de retirada** A operação de retirada dos sete arroteiros, os últimos a resistir à desocupação da terra indígena, estava prevista para no máximo este mês, mas foi mais uma vez adiada por causa das ameaças de Quartiero, que fala em resistir à força à ação da Polícia Federal e do Exército. O governo

teme que o rizicultor use, na linha de frente de sua resistência, os índios ligados à Sodiur, um dos oito grupos indígenas de Raposa Serra do Sol.

Muitos dos índios da Sodiur são empregados de Quartiero, ou recebem benefícios dos produtores. Um confronto durante a operação teria repercussão internacional negativa.

O problema é que os índios que reivindicam a desintrusão da área são a grande maioria dos 19 mil indígenas de Raposa Serra do Sol, e têm a seu favor a sentença definitiva do Supremo Tribunal Federal (STF), expedida há mais de um ano e meio, determinando a retirada de todos os nãoíndios da reserva. Mais de cem fazendeiros e outros 300 brancos já deixaram a área a caminho de assentamentos do Incra, e receberam parte dos R\$ 12 milhões em indenizações já pagos pela Funai. Agora, os índios já não aceitam mais a promessa, muita vezes reiterada e descumprida, de que os sete arroteiros serão retirados.

— A paciência está acabando, já está demorando demais. Como os índios vão aceitar ser destruídos em sua própria casa? É o último recado que estamos dando. Acredito que já tivemos calma até demais.

Não dá mais para sermos perseguidos e destruídos dentro de nossas próprias terras — diz o macuxi Válder Oliveira, coordenador, na aldeia Surumu, do Conselho Indígena de Roraima (CIR), uma das oito entidades de índios de Raposa.

Do lado oposto, Paulo César Quartiero tem a seu favor o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), o deputado federal Márcio Junqueira (DEM-RR), parte dos deputados estaduais, quase todos os agropecuaristas do estado, e a imprensa de Roraima, que faz intensa campanha contra os índios e contra a operação do governo federal.

#### **Estradas federais foram bloqueadas e agentes da PF, seqüestrados**

Estradas federais já foram bloqueadas, a sede da superintendência da Polícia Federal foi interditada por manifestantes, dois agentes da PF foram seqüestrados dentro de Raposa Serra do Sol por índios ligados a Quartiero, e a Assembléia Legislativa é palco de manifestações semanais a favor dos produtores de arroz. Quartiero avisa que isso é só o começo.

— Se eles fizerem mesmo a operação, temos condições de enfrentar.

Simplesmente vamos paralisar o estado, trancar as estradas, os aeroportos e os rios. O governo Lula está brincando, vai morrer gente aqui. Este estado é um barril de pólvora à beira da comoção social. Basta darmos uma bandeira para o povo e isso aqui vai explodir — ameaça o rizicultor, enquanto continua plantando arroz e soja em suas propriedades como se nada estivesse acontecendo. “Acredito que já tivemos calma até demais.

Não dá mais para sermos perseguidos e destruídos dentro de nossas próprias terras”

VALTER OLIVEIRA Índio macuxi, um dos coordenadores do CIR

“Simplesmente vamos paralisar o estado, trancar as estradas, os aeroportos e os rios. O governo está brincando, vai morrer gente aqui” PAULO CÉSAR QUARTIERO

Produtor de arroz de Roraima.

**Aliado dos produtores, grupo de índios ameaça enfrentar a polícia** – Rodrigo Taves – O Globo – O País – 30/09/2007

'Este governo vai ver o que arrumou ao se meter com a gente', diz fazendeiro

Paulo César Quartiero e os outros arroteiros se encarregam de obter a ajuda de grupos de índios para seu propósito de manter terras às margens dos rios Surumu, Cotingo e Tacutu, mais favoráveis à agricultura em Raposa Serra do Sol. Um dos grupos que já se prepara para o confronto é comandado por José Brazão, um índio da etnia baré que integra a Alidcir, outra das facções indígenas.

Pastor evangélico, Brazão será expulso da área na operação, pois os índios o acusam de ser braço-direito de Quartiero. Mas ele também promete briga: — Se de novo os policiais vierem armados até os dentes, pode ter certeza de que o Natal de muita gente aqui vai ser negro — diz Brazão, referindo-se a uma operação de 2006 em que a PF usou 320 agentes para entrar na área e dar proteção para o cadastramento dos não-Índios. Há um mês, o comitê gestor do governo, criado em 2005 para tentar cumprir o decreto de homologação da reserva indígena, depositou em juízo R\$ 5 milhões em indenizações para os sete rizicultores, pelas benfeitorias em suas propriedades. Foram oferecidos também sete lotes de 1.500 hectares para cada produtor, em área da União. Quartiero, porém, diz que suas fazendas valem mais de R\$ 60 milhões, e que levaria mais de 20 anos para refazer a infraestrutura de irrigação, montada irregularmente.

— Este governo vai ver o que arrumou ao se meter com a gente.

Quem vai nos tirar daqui? Este governo ridículo tira alguém? Fechamos as estradas, acabamos com as pontes, e eles vão se arrepender. Eles são os americanos e nós, os iraquianos — diz o fazendeiro, usando o mesmo tipo de argumento que fez o governo protelar por mais de um ano a operação de desintrusão da reserva. É o mesmo discurso feito por políticos de seu grupo diariamente em emissoras de TV e jornais de Boa Vista.

Quartiero e o deputado Márcio Junqueira são acusados pelos tuxauas (caciques) ligados ao Conselho Indígena de Roraima (CIR) de invadir a reserva com cinegrafistas. Na mais recente incursão, eles teriam perseguido o tuxaua Anselmo Dionísio Filho, que, revoltado, puxou um facão e cortou os fios da câmera que o filmava. As imagens foram usadas contra os índios em programas que serviram para reforçar na TV o sentimento anti-indígena que agrava as tensões em Roraima. Os índios protestam contra a PF por não proteger a reserva.

— Se voltarem para perseguir os tuxauas, não sabemos o que pode acontecer. Já esperamos demais, e que as coisas aqui não estão boas. Não dá para continuar dessa forma — adverte o tuxaua Tedir Alves, da comunidade Pedreira, num ultimato que o governo federal até agora finge não ouvir. (Rodrigo Taves)

**Com Chávez, MST mantém escola 'bolivariana'** - Chico Otavio – O Globo – O País – 30/09/2007

Parceira do governo venezuelano, entidade em assentamento é viveiro de idéias sobre lutas na América Latina

Enviado especial

LAPA (PR). Nas antigas florestas de araucária, hoje transformadas em áreas de cultivo, germina a semente do movimento bolivariano. Até 2010, a Via Campesina espera diplomar os 108 alunos da Escola LatinoAmericana de Agroecologia. A experiência, que acontece no Contestado, um assentamento do MST na zona rural da Lapa, município a 70 quilômetros de Curitiba, é fruto da parceria entre a organização brasileira e o governo venezuelano do presidente Hugo Chávez. Muito mais do que uma escola técnica, o projeto é uma sementeira de idéias sobre as lutas sociais na América Latina.

Na quinta-feira passada, o casarão colonial do assentamento, ex-sede da Fazenda Santa Amália, abrigava uma das maiores apostas do MST para o futuro.

Em torno do historiador Marcelo Andreatta, que falava sobre a República Velha, reuniam-se os 108 selecionados pela organização e outros movimentos rurais (pequenos agricultores, atingidos por barragens, mulheres camponesas e de pastorais de 18 estados) para participar da escola, fundada há dois anos.

Entre eles, havia sete representantes de movimentos rurais do Paraguai e um da Colômbia.

**Dirigismo sobre História do Brasil** - A rotina é rigorosa. Os alunos dormem em alojamentos toscos, na companhia de outros seis ou sete colegas, e têm dieta modesta. São submetidos a quatro tipos de avaliação, inclusive pelos líderes de suas comunidades de origem. Naquele dia, depois de almoçar e lavar os pratos, eles cantavam e batiam palmas — um deles puxa no violão a “La belle du jour”, de Alceu Valença — para espantar o sono.

Em seguida, a aula começava. Na escola de agroecologia, a História do Brasil é abordada de modo singular.

Na exposição, não há lugar para a biografia de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, os primeiros presidentes do período republicano. O personagem central da aula de Marcelo Andreatta, voluntário de ensino do MST formado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, é Antônio Conselheiro. Ele provoca a turma a discutir a Revolta de Canudos (1896-97), vista como marco social do movimento no campo. A aula começa com um perfil de Conselheiro. Depois de abandonado pela mulher, conta o professor, o personagem faz uma peregrinação pela caatinga “em busca do sentido das relações interpessoais”. Em vez de pregador messiânico, Marcelo chama Conselheiro de líder cujos horizontes eram “inspirados num catolicismo primitivo, baseado na igualdade”. Os educandos fazem alguns apartes: — Foi em Canudos que as tropas brasileiras bombardearam, pela primeira vez com a aviação, a população civil — diz um deles.

**A mística do Contestado** - O professor corrige o equívoco de forma sutil. Explica que as tropas, na verdade, usaram pela primeira vez canhões contra civis. E emenda dizendo que Canudos foi atacada porque “se confrontava com o poder dos latifúndios nordestinos, baseados no coronelismo, com a Igreja Católica instituída e com o Estado Republicano”. Arremata com referências à outra revolta popular do período, a Guerra do Contestado (1914-16), “esta sim, bombardeada pela aviação”, para valorizar também a figura do seu líder, o Monge José Maria. A Lapa, onde está a escola de agroecologia, é um dos sítios históricos do Contestado, luta entre caboclos do Paraná e Santa Catarina contra donos de terras e o governo republicano.

Seu líder, assim como Conselheiro, era visto como um pregador messiânico disposto a restabelecer a monarquia no Brasil. Passados quase cem anos, os militantes do MST da região alimentam a mística em torno de José Maria e seus seguidores. Enquanto as cidades da região levam os nomes dos comandantes militares que venceram o conflito, como General Mallet e General Carneiro, ou União da Vitória, o movimento chama seus assentamentos e brigadas (formadas por 500 famílias de assentados) de Contestado, José Maria e Maria Rosa (mulher que assumiu a liderança do conflito após a morte do monge). O Assentamento Contestado, onde vivem 108 famílias, ocupa uma fazenda desapropriada pelo Incra em 1999.

A escola fica num conjunto de prédios na sede. Além dos alojamentos, sala de aula e refeitório, o assentamento é formado ainda por um escritório da administração, biblioteca e sala de computadores. Antigo sonho do MST e da Via Campesina, o projeto ganhou vida em 2005, quando Chávez assinou convênio com a Via durante o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. Além do apoio à escola, Chávez assumia ainda o compromisso de fundar uma escola nos mesmos moldes em seu país. Passados dois anos, o projeto vingou praticamente como foi idealizado. O compromisso da escola brasileira é formar técnicos no Cone Sul, enquanto a venezuelana cuida da formação dos militantes dos países latinos mais ao norte. A escola do país de Chávez, criada em novembro do ano passado, fica na província de Barinas.

Chamada Instituto de Agroecologia Paulo Freire, tem entre os alunos 48 brasileiros indicados pelos movimentos sociais. A estada deles é totalmente custeada pelo governo venezuelano.

Nas duas escolas, o objetivo do curso é propor modelos de produção rural que contestem o agronegócio. O coordenador no Brasil, José Maria Tardin, explicou que agroecologia é um sistema de produção sustentável que dispensa o uso de insumos que “agridem a natureza”, como agrotóxicos, fertilizantes, medicamentos veterinários e transgênicos. Nos quatro anos previstos para o curso no Brasil, os estudantes se alternam entre 65 dias de aprendizado na escola e 90 em suas comunidades. Na escola, os educandos têm aulas de filosofia, sociologia, economia política, matemática, física, química e biologia, além das disciplinas técnicas (agroecologia, biologia e ecologia).

Quando voltam para as suas comunidades, levam um plano de metas a cumprir que inclui o trabalho com cinco famílias de pequenos agricultores, para aplicar na prática os conhecimentos adquiridos.

**Ministério ajuda a financiar** - O projeto, até agora, é financiado por dinheiro de organizações não-governamentais italianas, acrescidas de recursos do governo paranaense e do Ministério do Desenvolvimento Agrário. José Maria Tardin disse que, embora previsto no convênio, o dinheiro de Chávez ainda não chegou. Mas a Venezuela financia a estada dos 48 brasileiros em seu país.

O presidente venezuelano é tratado como herói na comunidade da escola. — O que se pode falar dele? É uma pessoa extraordinária neste momento histórico. Rompe a tradição de um capitalismo extremamente concentrado na elite e inaugura um ciclo político de distribuição de renda — afirma o coordenador da escola.

Tardin sonha que Chávez faça brevemente, na escola, o mesmo que aconteceu ano passado na Cipla, indústria de materiais plásticos de construção de Joinville (SC), que foi à falência e acabou ocupada pelos funcionários. Para permitir a recuperação da empresa, Chávez enviou US\$ 1,6 milhão em matérias-primas derivadas do petróleo e contratou a empresa para montar três fábricas em seu país, destinadas a produzir material para casas

populares. O que Tardin não sabe é que, assim que a Justiça catarinense determinou a desocupação da Cipla e nomeou um interventor para a fábrica, em maio deste ano, o presidente da Venezuela, cessado o interesse político, suspendeu imediatamente o suprimento, rompendo o convênio de forma unilateral.

Coordenador  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

**Assistentes de Pesquisa**  
Karina Kato e Silvia Zimmermann

**Secretária**  
Diva de Faria

**oppa** Observatório de Políticas  
Públicas para a Agricultura

**CPDA** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214  
Fax: 21 2224 8577 – r. 217  
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

**Apoio**

